VISÕES DO DESENVOLVIMENTO

JULHO • 2025 • NÚMERO 02

Financiamento para o Desenvolvimento: uma cúpula crucial para sair da encruzilhada



EX-PRESIDENTE ERNESTO ZEDILLO: "Vivemos a demolição de um sistema de comércio global baseado em regras"

Relatório RED 2025: Vantagens e desafios da descentralização

CAF BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

América Latina e Caribe
Cada caminho uma oportunidade

BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE

Após um processo criativo que começou com 500 propostas, esta imagem foi escolhida como ae

Marca Regional da América Latina e Caribe

América Latina e Caribe

Cada caminho
uma oportunidade

"Isso não é apenas uma marca, é uma declaração de identidade. A América Latina e o Caribe não são apenas uma região; são o reservatório planetário de sustentabilidade e emoção.".

Gustavo Santos, diretor da ONU Turismo para as Américas, jurado.



Criadores:
Ana Belén Arregui (Equador), Alejandro Muñoz Bottas (Equador), Jean Nicolas Guerreiro (Brasil)

INICIATIVA DO CAF – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

VISÕES DO DESENVOLVIMENTO

É uma publicação do:

CAF – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE.

HTTPS://WWW.CAF.COM/





SEGUNDA EDIÇÃO › JULHO 2025 ‹

Esta postagem é encontrado disponível também em inglês e espanhol.

Equipe CAF

Sergio Díaz-Granados
Presidente Executivo

Gianpiero Leoncini
Vice-Presidente Executivo

Christian Asinelli
Vice-Presidente Corporativo de Programação Estratégica

Antonio H. Pinheiro Silveira
Vice-Presidente do Setor Privado

Gabriel Felpeto
Vice-Presidente de Finanças

Alejandra Claros
Secretária Geral

Andrés Zamora
Diretor de Comunicações Estratégicas

Robert Valls
Executivo Principal de Comunicação

© 2025 CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe –. Todos os direitos reservados. Esta publicação não pode ser reproduzida total ou parcialmente, sem a permissão prévia do CAF. Além disso, as opiniões expressas nos artigos e outros materiais são dos autores; não refletem necessariamente a política do CAF.

Equipe editorial

Ricardo Ávila Pinto
Diretor

María Teresa Santos
Coordenadora Geral

Juan Carlos Bermúdez
Editor Geral

Colaboradores
Gianpiero Leoncini
Alejandra Claros
Alicia Montalvo
Guillerno Alves
Gustavo Fajardo
Yolanda Gómez
Ana Luz Castillo
Enrique Patiño
Vanesa Castro
Michael Cruz
Tatiana Ortiz
Mónica Vargas

Tradução inglês e português
Beatriz Torres Ibarra

Conceito gráfico
Sandra Rojas

Design e infografia
Sandra Rojas
Leonardo Parra
Katherine Orjuela

Ilustrações
Leonardo Parra

Correção de estilo
Liliana Tafur

Fotografias
Arquivo CAF
Arquivo EL TIEMPO
Arquivos particulares
Unsplash
IStock

▸Um projeto desenvolvido pelo CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe – e a Casa Editorial EL TIEMPO em associação com a Agencia de Contenido Especial (ACE).

▸Impresso por Panamericana Formas e Impresos S.A.

▸Impresso na Colômbia, Printed in Colombia

Conteúdo



EDITORIAL

6 **Diante de grandes desafios, sigamos construindo soluções**

"O importante é entender que, na ALC, fazemos parte da solução para problemas que dizem respeito a todos no planeta": Sergio Díaz-Granados.

EM BREVE

7 **O primeiro bono azul do CAF representa um marco**

Arrecadou o equivalente a 115 milhões de dólares para financiar infraestruturas de gestão sustentável da água em zonas costeiras.

CAPA

9 **Financiamento para o Desenvolvimento: diálogo sobre alternativas viáveis**

A quarta cúpula global sobre o tema, em Sevilha, acontece em um momento desafiador devido à incerteza em torno do sistema de comércio global.

16 **A cinco anos de 2030, metas dos ODS ainda parecem distantes**

Em 2024, os países da ALC alcançaram 70,1 no índice que mede o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, frente aos 66,3 da média mundial.

19 **Propostas para reduzir lacunas com o apoio da Europa**

A iniciativa Global Gateway, da União Europeia, surge como alternativa para acelerar o desenvolvimento da ALC em várias áreas.

ASSUNTOS REGIONAIS

22 **RED 2025: Vantagens e desafios da descentralização**

O Relatório do CAF faz três recomendações aos países da ALC. A primeira: reduzir as disparidades internas de desenvolvimento.

28 **Fortalecimento da governança subnacional: 5 áreas de ação**

O RED propõe trabalhar em aspectos que vão desde a autonomia fiscal até a digitalização, para fortalecer os governos locais e regionais.

PONTO DE VISTA

34 **Acesso à informação e desenvolvimento sustentável na ALC**

"A transparência é indispensável para tomar melhores decisões, alocar recursos com critério e evitar duplicidades": Alejandra Claros.

35 **O compromisso do CAF com uma região mais justa e sustentável**

Ao mobilizar 3,6 bilhões de dólares de fontes internacionais, o CAF demonstrou sua capacidade de articular soluções globais para problemas regionais: Gianpiero Leoncini.

ECONOMIA VERDE

36 **Mudança climática e biodiversidade, duas faces da mesma moeda**

Os Diálogos Mutis, em Madri, permitiram que a perspectiva da região sobre biodiversidade gerasse novas sinergias: Alicia Montalvo.

40 **Galápagos, laboratório vivo ameaçado**

CAF e o Fundo Verde para o Clima destinarão 127 milhões de dólares para enfrentar os desafios ambientais do arquipélago que Darwin tornou famoso.



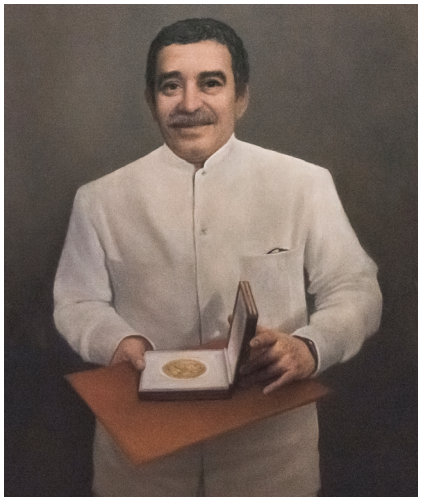
40



52



58



FINANÇAS

42 **América Latina e o Caribe diante do desafio do crescimento**

O primeiro Fórum Econômico Internacional América Latina e o Caribe, organizado pelo CAF, impulsionou a aposta no desenvolvimento sustentável e na integração com participação do setor privado.

44 **Desafios e compromissos do setor privado da região**

Empresários reunidos no Panamá destacaram a necessidade de que o setor privado lidere a integração regional e o diálogo com o setor público.

ECONOMIA DIGITAL

48 **'Govtech' centrado nos cidadãos**

A transformação digital proporciona eficiência e transparência aos governos e poder às pessoas. O CAF avança nesse sentido com os setores público e privado.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

50 **O Caribe: desenvolvimento que exige resiliência**

Desastres costumam abalar os países caribenhos, mas também as crises internacionais de produtos como o petróleo.

52 **Turismo, alternativa econômica para os povos indígenas**

O 'Desafio de Turismo Indígena da América Latina e do Caribe' incentiva as comunidades nativas a transformar essa atividade em motor de transformação.

54 **Maternidade precoce: o alto custo de perder oportunidades e sonhos**

Um estudo da ONU revela o impacto das gestações na adolescência sobre o desenvolvimento regional e a perpetuação da pobreza e da desigualdade.

CULTURA

58 **'Gabo' em 450 objetos**

A maior exposição sobre o Nobel colombiano está em Bogotá por iniciativa da Fundação Gabo e do CAF, como parte do caminho rumo ao seu centenário.

CONHECIMENTO E AÇÃO

62 **Educar no sentido, legado de Francisco**

No II Encontro Internacional do Sentido, convocado pela Scholas Occurrentes e pelo CAF, foi prestada uma homenagem de gratidão ao Santo Padre falecido.



LIVROS

64 **Publicações**

O Marco Estratégico de Segurança e Justiça para o Desenvolvimento e o RED 20 anos, dois dos trabalhos de especialistas recomendados nesta edição.

ENTREVISTA

66 **O sistema de comércio global está em demolição: Ernesto Zedillo**

O ex-presidente mexicano chama a defender o sistema multilateral de comércio e destaca que a região completou mais uma década perdida, pior que a dos anos 1980.

REGIÃO VERDE

70 **Um tesouro de biodiversidade na Patagônia chilena**

Na área marinha de Pitipalena-Añihue, que a comunidade protege e aproveita, podem-se avistar baleias, golfinhos, leões-marinhos e 13 espécies de aves.

Diante de grandes desafios, sigamos construindo soluções

EDITORIAL

Sergio Díaz-Granados

Presidente Executivo do CAF –banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe–



De tempos em tempos, ocorrem encontros que podem ser descritos como cruciais para a humanidade. É o caso da Quarta Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, convocada em Sevilha, justamente quando 2025 chega ao seu ponto médio.

É por essa razão que esta edição de Visões do Desenvolvimento tem esse tema como eixo central. Nosso interesse é não apenas destacar a importância do encontro, assim como nosso trabalho nessa área, mas também reconhecer os obstáculos que enfrentamos coletivamente.

Não tenho dúvidas de que os desafios deste momento são, em âmbito global, os mais complexos das últimas décadas. Para começar, no front climático, o aumento das temperaturas continua, ainda que reconheçamos o surgimento das fontes renováveis de energia. No campo geopolítico, as tensões se multiplicam, com ramificações perceptíveis nas áreas comercial e de segurança.

Há uma espécie de desarticulação do sistema multilateral, expressa no surgimento de blocos e na dificuldade de alcançar consensos. A isso se soma uma diminuição –que não hesito em classificar como dramática– da ajuda destinada ao desenvolvimento, traduzida em menores fluxos de recursos do norte para o sul.

Diante dessa leitura, temos duas opções: permanecer no campo das lamentações ou reconhecer os problemas e desenhar novas fórmulas para enfrentá-los, reconhecendo a magnitude da tarefa. Inclino-me pela segunda opção e, por isso, nas páginas seguintes descrevemos uma série de alternativas viáveis que desejamos destacar como contribuição para um debate em curso.

Em particular, desejo enfatizar o uso de mecanismos financeiros inovadores, voltados para unir forças e ampliar os impactos. A isso se soma o propósito de dar maior escala a modelos bem-sucedidos e apoiar-se em canais que por vezes ignoramos.

Por exemplo, sabemos que a América Latina e o Caribe precisam de 400 bilhões de dólares em financiamento para preservar a biodiversidade e sustentar os ecossistemas dos quais depende cerca de 60% de sua economia. Ainda que parte desses recursos seja obtida, o desafio seguinte é executá-los de forma eficaz.

Acreditamos que os governos locais fazem parte da solução. Em nossa região há 33 países, mas 18.400 governos locais, entre municípios, departamentos e estados. Trata-se de um elo crucial na jornada rumo ao desenvolvimento.

Também é indispensável envolver mais o setor privado, que aporta inovação e agilidade para destravar gargalos. Sabemos que as economias da região enfrentam importantes restrições fiscais. Por isso, precisamos aprender a nos conectar com os fundos soberanos que, no cenário global, mobilizam grandes volumes de recursos e cujos capitais podem viabilizar projetos que nos permitam avançar de forma sustentável.

Como em outras ocasiões semelhantes, o essencial aqui é compreender que, na América Latina e no Caribe, fazemos parte da solução para os problemas que dizem respeito a todos os habitantes deste planeta. Ao mesmo tempo em que somos realistas quanto ao que ocorre no mundo, mantemos nosso otimismo sobre a possibilidade de construir soluções consensuais com base no bom senso.

Essa e outras mensagens estão presentes nesta publicação, ao longo da qual destacamos os avanços regionais alcançados em diversas áreas e fazemos referência ao trabalho do CAF. Afinal, o que nos move é o bem-estar dos 650 milhões de latino-americanos e caribenhos que, com dedicação, estudam e trabalham para que o futuro de progresso com que sonham se torne realidade mais cedo do que tarde.

Primeiro bônus azul do CAF marca um marco histórico



Na operação, foram arrecadados em euros o equivalente a 115 milhões de dólares, que serão utilizados para financiar infraestruturas de gestão sustentável em zonas costeiras com o objetivo de proteger ecossistemas-chave.

O CAF –banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe– marcou um marco importante com o lançamento do seu primeiro bônus azul, por meio do qual arrecadou 100 milhões de euros, aproximadamente 115 milhões de dólares, que serão destinados ao financiamento de projetos azuis elegíveis. "Isso reflete nosso foco estratégico na mobilização de capital privado para o desenvolvimento sustentável e nosso compromisso com o fortalecimento da resiliência da região frente aos riscos climáticos", afirmou Gabriel Felpeto, vice-presidente de Finanças e CFO do CAF.

O Bônus Azul LAC, com vencimento em 11 de junho de 2030, tem prazo de 5 anos e oferece um cupom anual de 2,975%. Foi totalmente subscrito pela BNP Paribas Cardif, instituição financeira responsável por sua estruturação e organização. Um fator decisivo para alcançar esse marco foi a sólida classificação de risco do CAF: Aa3/AA/AA (positiva/estável/estável).

Nesta operação, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) atuou como Assessor Técnico, contribuindo com sua experiência nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e em dívidas temáticas, fortalecendo parcerias com os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Trata-se de um avanço importante na integração do financiamento sustentável aos ODS.

O Bônus Azul LAC é a primeira emissão do CAF com base em seu Marco de Financiamento Sustentável 2025 atualizado, que recebeu uma opinião de segunda parte da agência Moody's com a pontuação "SQS2" e uma contribuição "Alta" para a sustentabilidade. "Ao vincular esta operação ao marco, estamos estabelecendo um precedente para futuras emissões temáticas que garantam integridade ambiental e impacto no desenvolvimento", destacou Felpeto.

O bônus está alinhado às diretrizes de financiamento azul da Corporação Financeira Internacional (IFC), a instituição do Banco Mundial voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento. Também está em conformidade com o Guia Profissional de Bônus Azuis elaborado pela IFC, pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), pela Associação Internacional dos Mercados de Capitais (ICMA), pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI) e pelo Pacto Global das Nações Unidas.

O anúncio do sucesso do Bônus Azul coincidiu com a participação do CAF na Conferência da ONU sobre os Oceanos (UNOC) e no Fórum de Economia e Finanças Azuis (BEFF, na sigla em inglês) em Mônaco, onde o banco reafirmou seu compromisso de investir 2,5 bilhões de dólares até 2030 para apoiar a economia azul sustentável na região –o que representa o dobro da promessa inicial feita na cúpula da UNOC em Lisboa, em 2022.

Com os recursos arrecadados, o CAF financiará o desenvolvimento de infraestruturas de gestão sustentável da água em áreas costeiras, com foco na proteção de ecossistemas marinhos próximos e na melhoria da adaptação das comunidades locais. Já há dois projetos concretos em andamento no Brasil e no Equador, e outros poderão ser considerados em países adicionais da região.

} Os recursos serão utilizados em projetos voltados à preservação de ecossistemas costeiros.
→ *Foto - Vanexa Romero /Ceet*

AS TRÊS MISSÕES DO LABORATÓRIO DE REPRODUÇÃO DE CORAIS DO CARIBE

Essa instalação científica, recentemente inaugurada em Santa Marta (Colômbia), será essencial para a restauração dos recifes de coral na região, graças à sua capacidade de reprodução sexual de corais, à preservação de genótipos resilientes e à formação de talentos científicos. Trata-se de um projeto da Fundação CIM-Caribe e da Conservação Internacional Colômbia, com o apoio do CAF –banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe–. → *Foto - CAF*





416

MILHÕES DE DÓLARES

Sob o instrumento denominado Financiamento Extraordinário de Liquidez (FEL), o Diretório do CAF aprovou recentemente um crédito de curto prazo a favor da República do Equador no valor de até 416 milhões de dólares, com o objetivo de oferecer apoio à continuidade das negociações de um Acordo de Facilidades Estendidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A operação beneficiará não apenas a estabilidade fiscal e macroeconômica do país, como também a promoção do crescimento inclusivo e a proteção dos mais vulneráveis. Assim, o CAF cumpre seu papel anticíclico e reafirma sua capacidade de ação eficaz na rede de segurança financeira global, destacaram executivos do banco.

Perspectiva de crédito da Moody's sobre o CAF: de estável para positiva

Os avanços institucionais dos últimos anos, tanto em capitalização quanto na diversificação de acionistas e ativos, permitiram que o CAF –banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe– obtivesse da agência de classificação Moody's Ratings a elevação da perspectiva de sua classificação de crédito de longo prazo de "estável" para "positiva", mantendo-a no nível Aa3. A agência destacou a gestão financeira prudente do CAF, que preserva níveis moderados de alavancagem e uma posição de liquidez muito robusta, com reservas líquidas que cobrem amplamente suas necessidades operacionais. Entre 2022 e 2025, o CAF passou de 18 para 23 países acionistas, o que gerou um aumento substancial de capital, reforçado pelos desembolsos do aumento de capital de 7 bilhões de dólares aprovado em 2022. A Moody's também ressaltou que o CAF conseguiu diversificar sua carteira de empréstimos, aumentando a proporção de operações com países de maior classificação de risco. "O CAF está no caminho para se tornar o banco de desenvolvimento com maior cobertura da América Latina e do Caribe", destacou seu presidente, Sergio Díaz-Granados.



Sara Aagensen*.
Terceira vice-presidenta e ministra para a Transição Ecológica e o Desafio Demográfico do Governo da Espanha

"Falar sobre biodiversidade é importante, mas falar de biodiversidade e, ao mesmo tempo, de bioeconomia também. Não se pode buscar soluções nas quais a população sinta que está sendo prejudicada."

**Na abertura dos Diálogos Mutis sobre Biodiversidade, ALC-Espanha, em Madri.*

Financiamento para o Desenvolvimento:

DIÁLOGO SOBRE ALTERNATIVAS VIÁVEIS



Por Ricardo Ávila
Diretor de 'Visões do Desenvolvimento'
@AgendaCAF



A Quarta Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Sevilha (Espanha), ocorre em um momento desafiador. O fluxo de recursos ficou aquém do esperado e, ao menos, metade das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 corre o risco de não ser alcançada. Ao mesmo tempo, a incerteza domina o sistema internacional de comércio. Persiste, no entanto, a disposição para o diálogo e a busca de alternativas viáveis.

Quando, em abril de 2024, um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) afirmou que o financiamento para o desenvolvimento estava em uma encruzilhada, era difícil imaginar que pouco mais de um ano depois o diagnóstico seria ainda mais complexo. Desde então, tanto as crescentes tensões geopolíticas quanto a reconfiguração das relações internacionais dos Estados Unidos com o restante do mundo contribuíram para um agravamento do cenário.

Enquanto isso, os desafios permanecem. Basta observar o que afirma o Fundo Monetário Internacional (FMI) em um documento recentemente publicado com o objetivo de contribuir para o debate sobre o tema. Segundo a entidade multilateral, "alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030 parece cada vez mais improvável".

O documento acrescenta que as metas estabelecidas "exigiriam um volume de financiamento que ultrapassa suposições realistas e supera o que os países seriam capazes de absorver sem criar desequilíbrios macroeconômicos adicionais". Somente em cinco áreas-chave –educação, saúde, infraestrutura viária, acesso à eletricidade e saneamento básico–, o cálculo do organismo aponta para um total de 3,5 trilhões de dólares entre 2025 e 2029.

Um ponto particularmente crítico refere-se às ações necessárias para conter as mudanças climáticas, sobretudo após a confirmação, pela Organização Meteorológica Mundial, de que o ano passado foi o mais quente desde o início dos registros confiáveis. O aumento de 1,55 grau Celsius nas temperaturas médias em relação aos níveis da era pré-industrial confirma que o cenário que preocupava os especialistas já é uma realidade.

Isso não significa ignorar que, em espaços como a COP29 sobre Mudança Climática, realizada em Baku em novembro passado, tenha sido adotado um novo objetivo coletivo de US$100 bilhões em financiamento, valor que deverá triplicar até 2035. Particularmente crítico para a América Latina é o requisito de mobilizar US$200 bilhões anuais para a biodiversidade até 2030, dos quais US$30 bilhões deveriam vir de financiamento internacional.

No entanto, para além das boas intenções, a realidade mostra um



quadro diferente. Concretamente, além de muitos considerarem insuficientes as promessas feitas, estas vêm sendo descumpridas — em parte devido a gargalos tanto nas fontes de recursos quanto na capacidade de absorção por parte dos potenciais destinatários.

Como consequência dessa situação, e em contraste com o entusiasmo que cercou, em seu momento, os avanços relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, agora a sensação beira claramente o desânimo. Voltando à ONU, cerca da metade das 140 metas mensuráveis estabelecidas nos ODS não está no caminho certo e tende a não ser cumprida.

Como sempre ocorre nesses casos, as explicações são múltiplas, e vale a pena aprofundar algumas delas. O exercício é válido porque, diante de um diagnóstico tão crítico, é indispensável encontrar saídas para aliviar a situação de centenas de milhões de pessoas em condições desesperadoras e para reduzir as desigualdades de renda e oportunidades que fazem deste mundo um lugar ainda mais desafiador.

Ladeira acima

Ainda que, desde o início, a viabilidade do que foi proposto fosse difícil, é certo que as condições globais pioraram nos últimos anos. Diversos choques de grande magnitude aumentaram os obstáculos que os países precisam superar, mesmo para manter uma relativa normalidade.

Sem dúvida, o golpe mais duro veio com a pandemia. Além dos quase 15 milhões de pessoas que perderam a vida devido à covid-19 até o final de 2021, a emergência sanitária alterou o ritmo de vida da humanidade inteira.

Do ponto de vista da mobilidade, os confinamentos obrigatórios e voluntários afetaram o cotidiano de bilhões de indivíduos, gerando grandes transtornos, especialmente nas áreas urbanas. Na América Latina, onde cerca de 80% dos habitantes vivem em centros urbanos, o efeito foi notório sobre os lares vinculados ao trabalho informal, o que se refletiu nas altas taxas de contágio e nos consequentes índices elevados de mortalidade.

} O acesso à energia elétrica é fundamental para o crescimento econômico e, no caso da geração hídrica, requer grandes recursos. → *Foto - Carlos Ortega / Ceet*



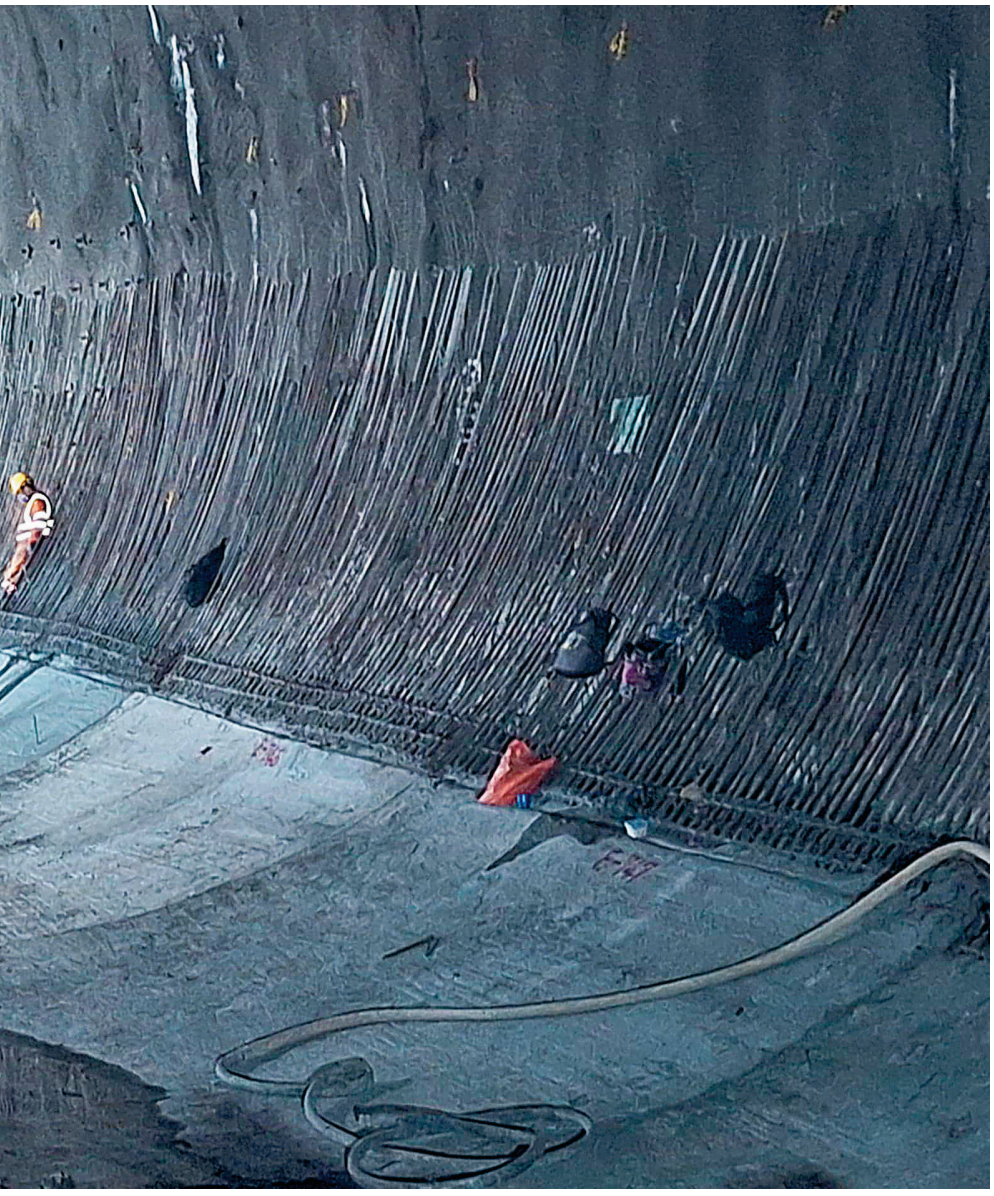
> “Poucos investimentos são tão rentáveis (para a humanidade) quanto aqueles que garantem um futuro mais justo e sustentável para os bilhões de pessoas que hoje enfrentam múltiplas carências”.

No plano econômico, a crise obrigou os diferentes governos a assumir gastos extraordinários. Esses começaram com a compra de máscaras, respiradores e a conversão de quartos hospitalares em unidades de terapia intensiva. Em seguida, tornou-se imperativa a aquisição de vacinas em um mercado no qual os vendedores tinham maior poder de negociação.

A isso se somaram as ajudas destinadas tanto aos lares vulneráveis quanto às empresas, com o objetivo de proteger o emprego formal. Embora a resposta tenha variado de um lugar para outro, de modo geral, essas medidas ampliaram consideravelmente a pressão sobre os orçamentos públicos.

De fato, a súbita paralisação também causou uma inesperada contração econômica, que por sua vez derrubou as receitas dos Estados. Como resultado, os déficits públicos dispararam e o peso da dívida aumentou de forma significativa nos cinco continentes.

Como se isso não bastasse, a normalização também não foi fácil. De um lado, a reabertura ocorreu de forma desigual, o que gerou gargalos no



As necessidades dos países da região em infraestrutura viária são grandes e exigem altos investimentos.
Foto - Jaiver Nieto / Ceet

fornecimento de insumos primários, intermediários e manufaturados. De outro, o ataque da Rússia à Ucrânia, iniciado em 24 de fevereiro de 2022, provocou complicações adicionais no abastecimento de petróleo, minerais, fertilizantes e grãos, entre outros produtos.

A conjunção desses eventos inesperados resultou em um aumento significativo dos índices de inflação que, no hemisfério norte, chegaram a beirar os 10% anuais em meados de 2023 –a média mais alta em quatro décadas. Para muitos países importadores líquidos de alimentos, o aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos se tornou um fator adicional de tensões sociais e de gastos, originados da necessidade de subsidiar bens e serviços essenciais.

Além disso, agora emergem tensões no plano comercial. A imposição unilateral de tarifas por parte dos Estados Unidos colocou em xeque a estabilidade do sistema internacional de comércio. Para além das negociações bilaterais em andamento e dos acordos alcançados entre Washington e outras capitais, os paradigmas existentes foram substituídos pela incerteza.

Tudo isso impacta o desempenho da economia mundial. Segundo o FMI, o crescimento global para 2025 ficaria em 2,8%, meio ponto percentual abaixo do que havia sido projetado em janeiro passado. Embora a estimativa para o ano seguinte suba para 3%, o número ainda está muito abaixo da média anual de 3,7% registrada entre 2000 e 2019.

Dessa forma, as perspectivas estão longe de ser as melhores neste momento. De acordo com o FMI, "dependendo de sua situação individual, as economias em desenvolvimento podem ser afetadas por diversos canais, incluindo as novas tarifas, a redução da ajuda oficial ao desenvolvimento por parte dos principais doadores, a pressão nos preços das commodities devido ao menor crescimento (com algumas tendendo à alta), o estreitamento das condições financeiras internacionais e as oscilações nas taxas de câmbio, o que se soma aos desafios já existentes há muito tempo".

As opções

Antecedentes como esses podem levar a pensar que a Cúpula de Sevilha (Espanha) sobre Financiamento para o Desenvolvimento dificilmente alcançará avanços significativos, especialmente à luz da Agenda de Ação acordada em Adis Abeba (Etiópia) há dez anos. Conforme aponta o relatório elaborado para o encontro pela Comissão Internacional de Especialistas em Financiamento para o Desenvolvimento, "a tão alardeada transição de 'bilhões para trilhões',



O cumprimento das metas de desenvolvimento se tornou muito mais difícil com a pandemia, que derrubou as economias de muitos países. → *Foto - César Melgarejo / Ceet*

que previa que o financiamento público e as intervenções mobilizariam grandes volumes de investimento privado para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nunca se concretizou".

Além dessa realidade, observa-se o enfraquecimento da arquitetura sobre a qual se sustentam as normas e instituições internacionais. À medida que mais países colocam de lado as regras escritas e priorizam seus interesses nacionais em detrimento de soluções consensuais, torna-se mais difícil o terreno sobre o qual se move a ação coletiva.

À lista, somam-se as tensões geopolíticas, o agravamento do clima de segurança em diversas partes do mundo, a degradação ambiental, as pressões migratórias e o aumento da xenofobia. No campo social, a luta contra a pobreza avança em ritmo mais lento, enquanto a desigualdade de renda entre pessoas, países e regiões dentro de um mesmo país não dá sinais de recuo.

Cruzar os braços e perder as esperanças talvez fosse o caminho mais fácil nesse contexto tão adverso. No entanto, muitos acreditam que justamente o momento atual é o mais propício para dar novo impulso aos esforços voltados a reduzir as disparidades entre o norte e o sul.

José Antonio Ocampo, que esteve à frente do grupo de trabalho que redigiu o relatório dos especialistas citado anteriormente, é uma dessas pessoas. Para o ex-ministro colombiano, o que se impõe é um olhar franco sobre os obstáculos, com o objetivo de buscar saídas viáveis.

Entre as tarefas, "o tema mais urgente é, sem dúvida, a gestão dos problemas de superendividamento de um amplo grupo de países em desenvolvimento", escreve. Não se trata apenas do peso da dívida em relação ao tamanho das respectivas economias, mas também do alto custo do serviço da dívida, que tende a aumentar diante da perspectiva de taxas de juros internacionais mais elevadas.

Diante da urgência de adotar medidas corretivas, a opção seria "uma nova política emergencial para renegociar essas dívidas", opina Ocampo. O mecanismo a ser seguido seria o Quadro Comum aprovado pelo Grupo dos Vinte em 2020, embora "de forma ampliada para garantir a participação de todos os credores, processos mais rápidos de negociação do que os observados nos poucos países africanos que o utilizaram, e o acesso ao novo instrumento por parte dos países de renda média".

A condução do processo ficaria a cargo de uma instituição de caráter permanente, com origem na ONU ou no FMI, sob mecanismos de governança técnica e rigorosa. A proposta ambiciosa chega a destacar que "seria conveniente aprimorar os mecanismos de negociação já existentes no mercado internacional de bônus, especialmente as cláusulas de ação coletiva e os mecanismos de agregação".

Além disso, o grupo de especialistas concentra-se em outros te-

mas fundamentais. A agenda começa com a cooperação internacional em matéria tributária e o combate aos fluxos ilícitos de capitais. Busca-se, aqui, corrigir as iniquidades de um sistema que envolve a tributação inadequada dos indivíduos com maior patrimônio, a alocação de lucros empresariais em jurisdições mais favoráveis e a evasão facilitada por paraísos fiscais, entre outras irregularidades.

Não menos importante é o fortalecimento dos instrumentos voltados à cooperação para o desenvolvimento. Este ponto abrange o papel dos bancos multilaterais e nacionais de desenvolvimento, bem como a promoção dos mercados de títulos no âmbito doméstico. Além de aspectos relacionados ao capital, solvência e espaço operacional, destaca-se a necessidade de trabalhar com o setor privado e de melhorar os esforços de coordenação institucional.

Da mesma forma, o debate precisa se concentrar na ajuda ao desenvolvimento e no financiamento concessional. Uma análise da evolução recente revela, na visão do grupo de trabalho, o surgimento de interesses geoestratégicos que se sobrepõem aos das populações que realmente necessitam desse tipo de apoio. Diante das restrições fiscais, não se trata necessariamente de obter mais recursos, mas de fazer melhor uso deles, além de considerar a cooperação Sul-Sul e os esquemas triangulares.

Entre as propostas, não poderia faltar a do financiamento ambientalmente sustentável. Sem negar que critérios como o impacto climático ou os efeitos sobre a biodiversidade estão hoje mais presentes, ainda há muito a avançar, tanto no sentido de simplificar e fortalecer o sistema atual quanto no de corrigir desequilíbrios e mobilizar mais recursos.

É possível que o ambiente atual não seja o mais propício para tratar de temas como comércio, industrialização ou investimentos, mas essa discussão é inevitável em um mundo no qual nenhum país é plenamente autossuficiente. Embora os debates mais acalorados possam ocorrer em outros fóruns, em Sevilha deveria ficar claro que a maioria dos países entende as vantagens de uma maior integração — algo que requer a redução de barreiras e o aproveitamento das vantagens comparativas.

É possível esperar resultados positivos sem cair em otimismo excessivo? Muitos especialistas concordam que sim. Apesar da conjuntura global desafiadora, permanece o desejo de dialogar e buscar entendimento para enfrentar desafios que são comuns a muitos.

E não se trata de construir frases repletas de lugares-comuns, mas de assegurar que o financiamento para o desenvolvimento desempenhe um papel cada vez mais central no progresso do mundo. Poucos investimentos são tão rentáveis do ponto de vista coletivo da humanidade quanto aqueles que garantem um futuro mais justo e sustentável para os bilhões de pessoas que hoje enfrentam múltiplas carências. O caminho não é fácil, mas isso não é motivo para perder o ânimo na hora de continuar avançando com os olhos voltados para um presente melhor para todos.

3,5

TRILHÕES DE DÓLARES EM FINANCIAMENTO

SERIAM NECESSÁRIOS, ENTRE 2025 E 2029, PARA CUMPRIR AS METAS EM EDUCAÇÃO, SAÚDE, VIAS, ACESSO À ELETRICIDADE E ÁGUA E SANEAMENTO: FMI.

CAF, PRESENTE EM SEVILHA

A Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4, na sigla em inglês), que terá início no próximo dia 30 de junho e se estenderá até 3 de julho em Sevilha (Espanha), abordará temas como a aceleração do cumprimento da Agenda 2030 e a reforma da arquitetura financeira internacional. Pela primeira vez, essa cúpula – realizada sob a égide da ONU – terá como sede um país do Norte Global. As edições anteriores ocorreram em Monterrey (México), Doha (Catar) e Adis Abeba (Etiópia).

O CAF -banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe- participará com uma agenda ampla e estratégica que combina iniciativas próprias e colaborações com parceiros. Além disso, realizará atividades adicionais em um espaço reservado (Fábrica Real de Artilharia), o que permitirá fortalecer sua presença institucional e promover uma visão regional do desenvolvimento sustentável nas diversas frentes do encontro.

No dia 29 de junho, o CAF reunirá em Sevilha seu Diretório, principal órgão decisório, composto por autoridades econômicas dos países acionistas. Essa sessão tem importância especial, por alinhar-se aos debates globais da FfD4 e fortalecer a governança institucional em um momento-chave para redefinir os rumos do financiamento para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

Por Equipe editorial
@AgendaCAF

Cinco anos após 2023

AS METAS DE DESENVOLVIMENTO AINDA PARECEM DISTANTES

Em 2024, os países da ALC alcançaram 70,1 no índice que mede o progresso em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em comparação com os 66,3 da média global. Embora haja um desempenho positivo em 64% das metas, se não houver uma aceleração significativa, elas não serão atingidas.

A cinco anos do prazo final para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), firmados em 2015 por 193 países com o compromisso de erradicar a pobreza e a fome e salvar o planeta, a América Latina e o Caribe (ALC) está a



Um dos objetivos que exigem maior atenção na região é o relacionado à redução da fome. → *Foto - Mauricio Moreno / Ceet*

caminho de cumprir apenas 23% das metas — ou seja, 30 das 132.

Dez anos após assumir o compromisso com a Agenda 2030, a região atravessa uma fase de desenvolvimento marcada por baixo crescimento, aumento da desigualdade e crises ambientais, sociais e geopolíticas sobrepostas, que explicam o escasso avanço –e o retrocesso evidente– da maioria dos ODS.

Apesar de em 2024 os países da região terem alcançado 70,1 no índice de progresso dos ODS, frente à média global de 66,3, e de haver desempenho positivo em 64% das metas, a verdade é que em 41% será necessário acelerar o ritmo para que possam ser cumpridas. Em 36%, além disso, o estancamento ou retrocesso é tal que dificilmente serão alcançadas.

No plano global, apenas 16% das metas estão no caminho de serem atingidas, enquanto 84% estão estagnadas ou em retrocesso. Um dado particularmente preocupante para o mundo é que nenhum dos 193 Estados Membros da ONU está bem encaminhado no objetivo de erradicar a fome.

Na América Latina e no Caribe, 41 milhões de pessoas são afetadas pela fome e 186,7 milhões enfrentam situações de insegurança alimentar, segundo o mais recente relatório da ONU.

Na região, os países com melhor desempenho médio nos ODS estão em torno de 77 pontos. É de destacar que há pelo menos seis com resultados que superam a média regional, que como foi dito antes, se situa nos 70 pontos. Por outro lado, os países que conseguiram menos progresso nesses objetivos registram números médios entre 53 e 62 pontos.

Assim estamos a cinco anos de 2030

Fonte: Cepal

I INDICADORES
M METAS

	Total		A meta foi alcançada ou pode ser alcançada com a tendência atual		A meta seria alcançada apenas com a intervenção de políticas públicas: A tendência é positiva, mas o progresso é demasiado lento para alcançar a meta		A meta seria alcançada apenas com a intervenção de políticas públicas: A tendência está se afastando da meta	
	M	I	M	I	M	I	M	I
Fim da pobreza	6	10	0	2	4	4	2	4
Fome zero	7	14	0	1	2	4	5	9
Saúde e bem-estar	12	24	3	5	5	11	4	8
Educação de qualidade	8	10	1	2	5	4	2	4
Igualdade de gênero	6	7	1	1	4	5	1	1
Água limpa e saneamento	8	11	1	2	3	3	4	6
Energia acessível e limpa	5	6	4	5	1	1	0	0
Trabalho decente e crescimento econômico	11	14	2	3	7	8	2	3
Indústria, inovação e infraestrutura	6	8	1	2	3	2	2	4
Redução das desigualdades	8	10	0	0	4	4	4	6
Cidades e comunidades sustentáveis	4	4	1	1	2	2	1	1
Produção e consumo responsáveis	9	10	3	3	0	0	6	7
Ação pelo clima	3	5	0	1	1	1	2	3
Vida na água	6	6	3	3	2	2	1	1
Vida terrestre	9	12	3	4	3	4	3	4
Paz, justiça e instituições eficazes	9	10	0	0	5	6	4	4
Parcerias e meios de implementação	15	22	7	9	3	7	5	6
TOTAL	132	183	30	44	54	68	48	71

Os especialistas do CAF alertam que a falta de dados dificulta a compreensão do progresso dos ODS em alguns países, que não têm capacidade metodológica suficiente para fazer os registros. Cerca de sete países não têm índice e há outros que fornecem informações incompletas.

Como ponto positivo, destaca-se na ALC o progresso nas áreas verdes e nas alianças para alcançar os ODS. Estão bem encaminhados os

> Após a pandemia, ainda há países fazendo malabarismos para ajustar contas e voltar a taxas normais de déficit fiscal.





As Nações Unidas dizem que 73% da população que vive na pobreza reside em áreas urbanas.
→ *Foto - Santiago Saldarriaga / Ceet*

Abaixo: A educação básica na região alcançou níveis notáveis de cobertura, mas ainda carece de maior qualidade.
→ *Foto - David Sánchez / Ceet*

objetivos 7 (energia acessível e limpa), 13 (ação contra a mudança global do clima) e 17 (parcerias e meios de implementação).

No entanto, em temas críticos para a Agenda 2030, a região apresenta desempenho tão insatisfatório quanto o do restante do mundo. Os piores resultados são nos objetivos 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero), 10 (redução das desigualdades), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 15 (vida terrestre).

"Temos uma região que apresentou crescimento, mas muito lentamente, e claro, isso não é suficiente para tirar a região de um nível de pobreza e desigualdade estruturalmente disfuncional", explica Alejandra Botero, economista e cientista política, gerente de Planejamento e Impacto para o Desenvolvimento do CAF.

Segundo ela, após a pandemia de covid-19 em 2020, ainda há países fazendo malabarismos para retornar a níveis normais de déficit fiscal e ajustar as contas públicas a fim de alcançar maior crescimento econômico.

Para a especialista do CAF, quanto mais lento for o crescimento econômico, mais difícil será reduzir a pobreza. E esse é um dos problemas estruturais que enfrenta a região, onde há um número crescente de lares urbanos altamente vulneráveis a crises econômicas.

Na ALC, 172 milhões de pessoas vivem na pobreza, das quais 66 milhões estão em pobreza extrema. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estima que 73% da população vive em situação de pobreza e 68% dos pobres extremos vivem em áreas urbanas.

O Relatório de Economia e Desenvolvimento 2022 do CAF aponta que a região apresenta desigualdades herdadas que fazem da América Latina e do Caribe a região mais desigual do mundo e uma das que exibem menor mobilidade social entre pais e filhos.

Segundo o diagnóstico, a desigualdade de renda e riqueza na região é "excessiva" para seu nível de desenvolvimento e está associada a uma notável inércia intergeracional. Ainda que sete em cada dez filhos consigam concluir o ensino fundamental mesmo quando seus pais não o fizeram, as chances de alcançar os níveis mais altos de escolaridade, renda ou ocupação continuam fortemente determinadas pelo lar de origem.

No desempenho regional da Agenda 2030, essa situação se reflete no lento progresso dos ODS 1 (erradicação da pobreza), 4 (educação de qualidade), 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e 10 (redução das desigualdades).

"A estrutura produtiva da região continua vulnerável e pouco diversificada, o que limita sua capacidade de gerar um crescimento inclusivo necessário para o desenvolvimento sustentável em larga escala", indica o CAF.

Por Equipe editorial
@AgendaCAF

Oportunidades de crescimento ao lado da Europa

O aprofundamento das alianças estratégicas e da cooperação com a União Europeia (UE) revela perspectivas promissoras em várias frentes. A seguir, apresentamos uma análise em três áreas prioritárias: transformação digital, desafio climático e política social.



A União Europeia (UE) está focada em encontrar novas formas de relacionamento e cooperação com outras regiões do mundo. A da América Latina e do Caribe (ALC) é uma das que mais despertam interesse no Velho Continente e pode se beneficiar de iniciativas como a Global Gateway, impulsionada pela liderança da UE para gerar não apenas conexões inteligentes, limpas e seguras nos setores digital, energético e de transporte, mas também desenvolvimento social por meio do fortalecimento dos sistemas de saúde, educação e pesquisa em todo o mundo.

A UE já oferece oportunidades para os produtos latino-americanos, especialmente no marco dos acordos comerciais em vigor. Essa relação comercial, atualmente em processo de recuperação, pode ser aprofundada por meio de alianças estratégicas e de cooperação técnica e financeira com a UE em diversas áreas, com o objetivo de enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável. A seguir, destacamos propostas concretas em três dessas áreas.

A UE pode ajudar a América Latina e o Caribe a avançar rumo a esquemas universais de proteção social desvinculados do status laboral.
→ *Foto - Juan Pablo Rueda / Ceet*



Promover a transição para energias renováveis em outras regiões do mundo é um dos interesses da Europa.
→ *Foto - Santiago Saldarriaga / Ceet*

CAMINHOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe – elaborou, em conjunto com especialistas, uma análise sobre as oportunidades da região no campo do desenvolvimento digital, apresentada no documento *Caminhos inovadores de investimento, cooperação e parceria digital com a Europa.* A lista de ações que poderiam ser desenvolvidas começa com a conectividade como meio para reduzir a lacuna urbano-rural, destacando a democratização das redes 4G, 5G, de fibra óptica e satelitais, articulada com avanços em cibersegurança.

Também propõe a digitalização dos processos produtivos, especialmente em pequenas e médias empresas, e em setores tradicionais, como o agropecuário. Além disso, enfatiza a importância de avançar rumo a Estados mais ágeis e conectados e investir em competências digitais para preparar a força de trabalho. Por fim, recomenda o estabelecimento de uma regulamentação digital inteligente sobre privacidade de dados, concorrência de mercado, inteligência artificial ética e responsável e tributação de serviços digitais – áreas em que a Europa vem se posicionando como referência e promotora de uma regulação global equilibrada. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, entre 2021 e 2027 a UE mobilizará globalmente até 300 bilhões de euros nas áreas digital, climática, energética, de transporte, saúde, educação e pesquisa. No caso da ALC, a UE comprometeu mais de 45 bilhões de euros com foco em conectividade 5G, cibersegurança e inteligência artificial.

ALIANÇA PARA ENFRENTAR O DESAFIO VERDE

A Europa e a ALC deram um passo fundamental rumo a uma cooperação mais verde durante a cúpula realizada em Bruxelas, entre a UE e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em 2023. Na ocasião, foram definidos projetos no âmbito da iniciativa Global Gateway, com o objetivo de mitigar os impactos da mudança climática que, segundo as projeções, afetarão com maior intensidade os países da ALC devido a fatores geográficos. Naquele momento, foram mencionados projetos de hidrogênio verde no Chile, Brasil e Argentina; mobilidade elétrica em cidades colombianas; e eletrificação rural na América Central.

Diante do atual cenário mundial complexo, a Europa busca diversificar seus parceiros energéticos e de matérias-primas críticas, para evitar que continuem concentrados na China e na Rússia. De acordo com o documento *Ação climática conjunta entre a Europa e a América Latina e o Caribe: uma agenda comum para o desenvolvimento,* a ALC consolidam-se como uma possibilidade estratégica e confiável, não apenas no âmbito das alianças comerciais, mas também na construção e desenvolvimento de uma agenda comum para enfrentar os desafios climáticos.

> Em vários grandes países da ALC, a transição para uma economia de baixo carbono exigirá investimentos anuais de 7 a 11% do PIB (2021-50). Na UE, será de 6%.

As iniciativas mais relevantes incluem a redução do desmatamento – o que requer a consolidação de cadeias produtivas sustentáveis; a transição para energias renováveis com eficiência energética; a eletrificação do transporte; e a produção de hidrogênio verde, área em que a América Latina tem uma vantagem comparativa graças à alta proporção de fontes renováveis em sua matriz energética.

Segundo dados do Global Entrepreneurship Monitor, a América Latina poderia ampliar sua capacidade de geração de energia solar e eólica em escala comercial em mais de 460% até 2030, caso se concretizem os 319 gigawatts (GW) de novos projetos em potencial identificados na região. Brasil, Chile, Colômbia, Peru e México são os países com maiores perspectivas.

Para que a agenda climática entre Europa e América Latina se torne realidade, a adequação das políticas fiscais e o desenvolvimento de um marco regulatório que atraia investimentos do setor privado em ações de redução de carbono são fatores cruciais.

PONTOS-CHAVE PARA A COOPERAÇÃO NA ÁREA SOCIAL

A ALC enfrentam um desafio estrutural caracterizado por alta desigualdade, baixa mobilidade social e produtividade estagnada. Seu coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda, é quase 50% maior do que o da Europa e da Ásia Central. Essa desigualdade não se limita à renda: ela se estende também à saúde, à educação, ao acesso a empregos de qualidade e à acumulação de riqueza. Além disso, essas disparidades se perpetuam entre gerações. A mobilidade social relativa daALC é uma das mais baixas do mundo.

Ao contrário do que se poderia esperar, o gasto público social (GPS) na região aumentou substancialmente nas últimas décadas, atingindo níveis próximos à média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), como proporção do PIB. No entanto, seu impacto redistributivo é limitado. Enquanto nos países da OCDE esse gasto reduz o coeficiente de Gini de 0,48 para 0,29, na ALC a redução é modesta, passando apenas de 0,51 para 0,48.

De acordo com o documento *Desafios da política social na América Latina e no Caribe: análise e políticas,* a principal explicação para esse resultado está em uma arquitetura institucional que penaliza o emprego formal e subsidia o informal. Os benefícios estão, muitas vezes, vinculados à formalidade, o que exclui os trabalhadores mais vulneráveis.

Além disso, o desenho do GPS e do sistema tributário não consegue focalizar nem redistribuir com eficácia.

O relatório do CAF propõe uma reforma sistêmica como solução para essa situação, com base em dois pilares fundamentais: o primeiro consiste em reestruturar o capital humano, começando por uma educação inclusiva e de qualidade desde a primeira infância, com foco em habilidades digitais, STEM e formação técnica. O segundo implica transformar os sistemas de proteção social em esquemas universais, desvinculados do status laboral, financiados com receitas gerais e com ênfase em saúde, velhice e invalidez para toda a população. Além disso, destaca-se a importância de políticas focalizadas voltadas a grupos vulneráveis.

A alternativa de avançar em uma agenda de cooperação estratégica com a UE abre espaço para um trabalho conjunto em cinco eixos. O primeiro é a redução das desigualdades estruturais, área na qual a UE pode compartilhar sua experiência em redistribuição eficaz, políticas fiscais progressivas e coesão territorial, como ocorre com os fundos estruturais europeus.

O segundo eixo diz respeito à transformação da proteção social: as reformas propostas pelo CAF estão alinhadas ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A UE pode apoiar os processos de transição para sistemas universais por meio de assistência técnica, marcos regulatórios e cooperação orçamentária. O terceiro ponto é a formação de capital humano para a era digital, em que a experiência europeia em educação profissional e técnica, bem como em requalificação, pode ser determinante.

O quarto eixo é o da coesão social e sustentabilidade. A noção europeia de coesão social como inclusão multidimensional converge com as demandas da ALC. Isso inclui políticas urbanas integradas, acesso à moradia e aos serviços básicos, além da participação cidadã. Por fim, o quinto aspecto é o da convergência institucional e normativa, no qual a UE pode contribuir para o fortalecimento das instituições da região em temas como igualdade de gênero, emprego decente e não discriminação, promovendo marcos normativos inspirados em sua própria legislação.



Com a Europa, é possível formar alianças para ampliar a digitalização e levar conectividade de ponta a mais pessoas.
→ *Foto - Marvin Meyer / Unsplash*

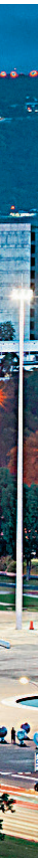
Por Guillermo Alves & Gustavo Fajardo
Economistas do CAF –banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe–

Vantagens e desafios da descentralização



A América Latina e o Caribe ocupa o segundo lugar entre as regiões do mundo em termos de grau de urbanização. → *Foto - IStock*

O Relatório de Economia e Desenvolvimento (RED) 2025, do CAF, "Soluções próximas: o papel dos governos locais e regionais na América Latina", traz três recomendações para os países da região: reduzir as disparidades internas de desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida nas cidades e enfrentar os desafios trazidos pelas transições verde, digital e energética.



Quantidade e nome dos governos subnacionais segundo o país e seu nível

Fonte: RED: "Soluções próximas: o papel dos governos locais e regionais na América Latina e no Caribe".

País	REGIONAIS Qtd.	REGIONAIS Nome	LOCAIS Qtd.	LOCAIS Nome
Antigua y Barbuda			1	Conselho
Argentina	24	Provincia	2.320	Municipio, comuna ou junta de governo
Bahamas			32	Distrito
Belize			217	Conselho ou Prefeitu
Bolivia	10	Departamento ou região autônoma	341	Municipio
Brasil	27	Estado	5.569	Municipio
Chile	16	Região	345	Municipio
Colômbia	33	Departamento	1.104	Municipio
Costa Rica			84	Cantão
Cuba			168	Municipio
Dominica			42	Conselho
Equador	24	Provincia	221	Cantão
El Salvador			306	Municipio ou distrito
Guatemala			340	Municipio
Guiana	10	Conselho Democrático Regional	185	Municipio ou Conselho
Haiti			710	Comuna ou seção
Honduras			298	Municipio
Jamaica			14	Paróquia
México	32	Estado	2.475	Municipio
Nicarágua	2	Região autônoma	153	Municipio
Panamá			82	Distrito
Paraguai	17	Departamento	263	Municipio
Peru	25	Departamento	2.087	Provincia ou distrito
Rep. Dominicana			393	Municipio ou distrito
São Cristóvão e Neves			1	Assembleia
Suriname			10	Distrito
Trinidad y Tobago			15	Assembleia ou corporação municipal
Uruguai	19	Departamento	125	Municipio
Venezuela	23	Estado	335	Municipio

A descentralização tem sido um dos processos mais significativos de mudança na organização do Estado na América Latina e no Caribe (ALC) nas últimas décadas. Esse processo implicou a transferência de competências e recursos do governo central para administrações locais e regionais, consolidando-se como uma estratégia fundamental para aproximar a tomada de decisões da cidadania e melhorar a prestação de serviços públicos.

As vantagens da descentralização estão associadas a uma maior proximidade entre as decisões de políticas públicas e os cidadãos, o que facilita a identificação de necessidades locais, melhora a prestação de contas e fortalece a participação cidadã. Além disso, um maior número de unidades de governo com capacidade de tomar decisões sobre a gestão e a implementação de programas pode funcionar como um laboratório de experimentação, favorecendo o surgimento de novas ideias e o aprendizado mútuo.

No entanto, a descentralização também apresenta desafios. Para além do fato de que algumas funções de governo são, por sua natureza, prerrogativas dos governos centrais — como a defesa e o comércio internacional —, existem muitos serviços em que uma escala excessivamente pequena pode ser ineficiente. Por exemplo, no caso da infraestrutura de transporte, obras de grande porte e abrangência geográfica são mais adequadas a uma gestão em nível regional ou nacional.

Além da questão da escala, a descentralização costuma trazer um desafio fundamental relacionado às capacidades estatais, que podem ser limitadas em algumas localidades e, sobretudo, bastante desiguais ao longo do território.

Os benefícios da descentralização são mais evidentes em países onde grande parte da população vive distante das capitais — como ocorre nos países mais populosos e com ampla extensão territorial. Na América Latina e no Caribe como um todo, aproximadamente metade da população vive a mais de 500 km de sua capital nacional e 20% vive a mais de 1.000 km. Esse dado, no entanto, oculta grandes heterogeneidades. No Brasil, por exemplo, 90% da população vive a mais de 500 km de Brasília, enquanto na maioria dos países do Caribe não há populações –nem territórios– tão distantes da capital. Como resultado, também há



Um dos grandes desafios das autoridades locais e regionais está na mobilidade, que impacta fortemente a qualidade de vida das pessoas. → *Foto - IStock*

muitas diferenças entre os países da região quanto ao grau de descentralização alcançado.

Dos 33 países da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), 16 têm apenas um nível de governo subnacional, o local. Outros 13 países contam com dois níveis: local e regional. Este segundo grupo inclui os países geograficamente maiores, entre eles as quatro federações do continente: Argentina, Brasil, México e Venezuela. Por fim, há quatro países –todos do Caribe– que não possuem governos subnacionais autônomos. O Quadro 1 resume esse panorama e indica também a nomenclatura das unidades de cada nível em cada país.

Mais unidades de governo e mais autonomia

Apesar das grandes diferenças entre os países quanto ao grau de descentralização, o padrão geral observado nas últimas décadas tem sido o aumento do papel dos governos subnacionais. Uma das formas pelas quais a descentralização se manifestou foi o crescimento no número de unidades de governo subnacional. Essa expansão ocorreu, principalmente, no nível dos governos locais, com a criação de novos municípios a partir da divisão de jurisdições preexistentes ou da instituição de unidades em territórios antes não municipalizados. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao crescimento demográfico experimentado pela região na segunda metade do século XX, que tornou imperativo ampliar a rede de administrações locais para dar capilaridade ao Estado e melhorar a prestação de serviços públicos. As décadas de 1980 e 1990 foram especialmente ativas na criação de novos municípios em países como Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, República Dominicana e Venezuela. Em contraste, o número de governos regionais permaneceu relativamente estável.

Além da criação de novas jurisdições, a descentralização também implicou um aumento gradual da autonomia política e funcional dos governos subnacionais. Essas mudanças ocorreram em ondas sucessivas. Durante a década de 1980, consolidou-se a descentralização política, com a introdução de eleições locais que permitiram a escolha direta das autoridades. Posteriormente, nos anos 1990, houve uma ampliação das atribuições administrativas e funcionais dos governos locais e regionais, especialmente em setores-chave como educação, saúde e água e saneamento.

Um ponto importante é que o avanço da autonomia dos governos subnacionais tem sido mais restrito no campo fiscal. Em comparação com os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a capacidade dessas administrações de arrecadar impostos e contrair dívidas de forma autônoma é menor — especialmente nos países unitários. (As implicações disso serão retomadas mais adiante.)

Funções dos governos locais e regionais

Não é simples sintetizar como as funções de governo são distribuídas entre os diferentes níveis das administrações. Há uma grande diversidade de arranjos quanto a essa distribuição, além de muitos casos de sobreposição, nos quais vários níveis de governo assumem uma mesma função, assim como situações de indefinição. Ainda assim, é possível identificar alguns padrões gerais.

Em primeiro lugar, existem certas atribuições que são inerentemente locais, ligadas à gestão do território, e que compõem um núcleo bastante homogêneo de funções dos governos locais. Entre elas estão o planejamento territorial e as regulamentações de uso do solo, a manutenção de espaços públicos, a oferta e conservação da malha viária local e a coleta de lixo, entre outras.

Distribuição das funções por níveis de governo

Segundo sua responsabilidade típica

Fonte: RED: "Soluções próximas: o papel dos governos locais e regionais na América Latina e no Caribe".



Em segundo lugar, o papel dos governos regionais é mais heterogêneo. Não há funções que sejam, por natureza, de escala regional, mas há muitas que ultrapassam o âmbito local e que são difíceis de coordenar de forma centralizada em países muito extensos, populosos ou marcados por grandes heterogeneidades regionais. Entre as mais relevantes estão a administração dos sistemas de educação e saúde, os serviços de segurança cidadã e a gestão da infraestrutura viária interurbana.

Essa divisão de funções ajuda a explicar por que, em quase todos os países da região, existem governos locais, mas nem todos contam com um nível de governo regional. Além disso, mesmo entre os países que possuem governos regionais, seu papel varia consideravelmente. No Chile, por exemplo, os governos regionais são de criação muito recente e ainda exercem funções incipientes. No outro extremo, as unidades federativas da Argentina, do Brasil e do México dispõem de ampla margem de ação e elevada autonomia em todas as funções, exceto naquelas que são reservadas ao governo central.

30%

A ESSE NÚMERO CHEGA A MAIOR DISPARIDADE NA INCIDÊNCIA DA POBREZA ENTRE REGIÕES DE UM MESMO PAÍS NA ALC

Outro padrão observado é que a alocação de responsabilidades entre os níveis de governo na ALC se caracteriza, em geral, pelo predomínio de esquemas de descentralização simétrica. Isso significa que, dentro de um mesmo país, todas as unidades de um determinado nível de governo tendem a ter as mesmas atribuições. Uma exceção a essa regra é o sistema de Entidades Territoriais Certificadas (ETC) da Colômbia, pelo qual alguns municípios têm mais responsabilidades na educação pública primária do que outros. Uma descentralização mais assimétrica poderia ser eficiente em certos contextos, ao permitir a devolução de competências ajustada às diferenças de capacidade entre jurisdições, mas sua implementação não está isenta de desafios técnicos e políticos.

Governos locais e regionais: atores-chave do desenvolvimento

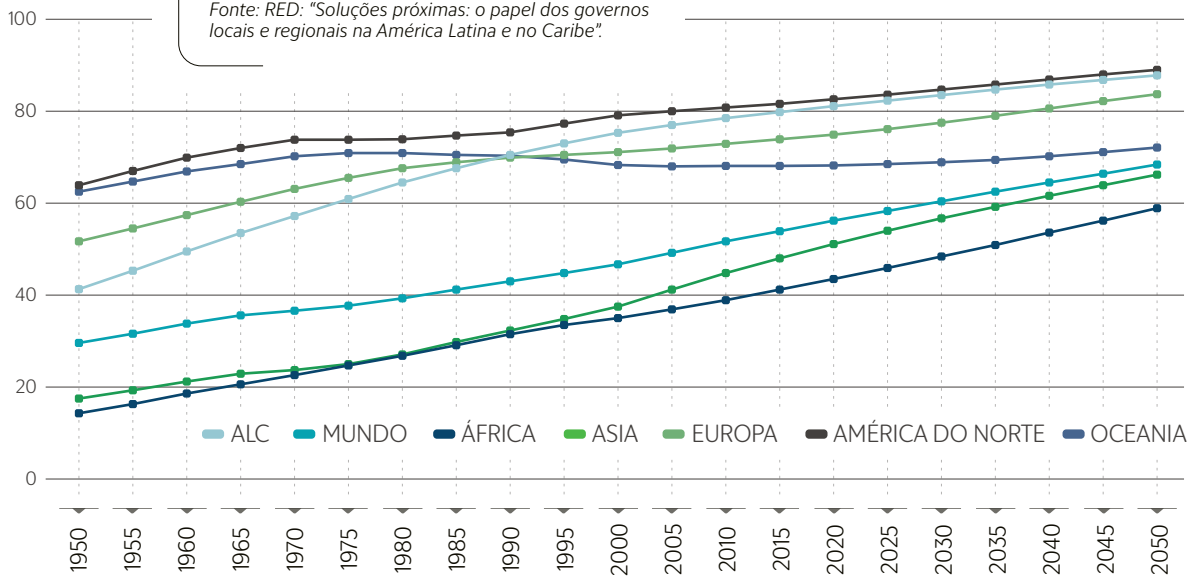
Apesar das diferenças entre os países quanto ao grau de descentralização, o panorama geral revela que os governos locais e regionais são atores fundamentais para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em razão das atribuições que exercem em setores estratégicos como educação, saúde, transporte, água e saneamento, segurança e serviços urbanos, entre outros.

Mesmo assim, a atenção dedicada aos governos subnacionais na literatura acadêmica e nos debates de políticas públicas da região não tem sido proporcional à sua importância. Como resultado, o conhecimento acumulado sobre seu funcionamento e seus desafios é limitado. Em resposta a essa lacuna, o relatório Soluções próximas tem um duplo objetivo: contribuir para preencher essa deficiência de informação e, ao mesmo tempo, identificar espaços para construir capacidades de governança nos territórios.

Evolução da taxa de urbanização por região

Proporção da população total (%)

Fonte: RED: "Soluções próximas: o papel dos governos locais e regionais na América Latina e no Caribe".



Para refletir sobre quais devem ser os pontos centrais da agenda de descentralização e de fortalecimento das capacidades estatais subnacionais, é necessário, antes de tudo, definir os objetivos que essa agenda deve perseguir. No relatório, três são destacados:

① Reduzir as disparidades de desenvolvimento dentro dos países

As disparidades de desenvolvimento se refletem em múltiplos indicadores. A incidência da pobreza, por exemplo, varia em mais de 30 pontos percentuais entre jurisdições regionais de um mesmo país, como ocorre na Bolívia, no Brasil, na Colômbia, no México e no Peru. O acesso a serviços básicos, o emprego e a educação, entre outras dimensões, também evidenciam grandes diferenças territoriais.

Como esforço complementar ao RED, o CAF desenvolveu uma base de dados com um conjunto de indicadores de desenvolvimento calculados no nível das jurisdições locais e regionais de todos os países da região, a partir de dados oficiais dos censos nacionais. (Essa base será disponibilizada ao público por meio de uma plataforma de visualização que será lançada junto com o RED). As diferenças entre jurisdições nos indicadores de desenvolvimento também se manifestam em assimetrias de recursos dos governos subnacionais. A fonte mais direta dessas desigualdades está na capacidade de gerar receitas fiscais, muito mais elevada nas administrações das jurisdições mais ricas. Esse mesmo padrão se repete em relação à disponibilidade de trabalhadores qualificados e de recursos tecnológicos, dois aspectos transversais às capacidades de governo.

Dada a retroalimentação existente entre as desigualdades de capacidade institucional e as desigualdades de desenvolvimento, é fundamental reduzir as primeiras para alcançar maior equidade entre os territórios. Por isso, a redução dessas disparidades deve ser um dos objetivos centrais da agenda de fortalecimento institucional subnacional.

② Melhorar a vida nas cidades, em um continente altamente urbanizado

A ALC ocupa o segundo lugar entre as regiões do mundo em termos de grau de urbanização, ficando ligeiramente atrás da América do Norte e à frente da Europa, Ásia, África e Oceania. A taxa de urbanização da região cresceu de forma muito acelerada na segunda metade do século XX e continuou aumentando em um ritmo mais moderado no século atual. Cerca de 82% da população latino-americana e caribenha — aproximadamente 560 milhões de pessoas — vivem em áreas urbanas em 2025, e até 2050 essa taxa pode chegar a 88%, o que significaria cerca de 680 milhões de pessoas residindo em cidades.

Essa realidade tem como corolário o fato de que a qualidade da gestão urbana é crucial



As consequências do aquecimento global e da perda de biodiversidade se materializam nos territórios e, portanto, dizem respeito aos governos regionais e locais.
→ *Foto - Juan Pablo Rueda / Ceet*

para gerar ganhos de bem-estar na ALC. Essa responsabilidade recai, principalmente, sobre os governos locais — e, mais especificamente, sobre os governos locais urbanos.

O desafio da gestão das cidades pode ser entendido como a busca por maximizar os benefícios da densidade — associados à maior produtividade do trabalho e ao acesso a bens e serviços — e minimizar seus custos, como a congestão do transporte urbano, a poluição e o aumento dos preços do solo. O planejamento urbano é uma ferramenta essencial para administrar essas forças e, portanto, o desenvolvimento contínuo de capacidades nessa área deve ser um foco prioritário das políticas públicas na região.

Além de altamente urbanizada, a região é caracterizada pela predominância de poucas cidades muito grandes. A maior cidade de cada país da ALC concentra, em média, quase um terço da população nacional. Os territórios dessas cidades costumam ser fragmentados administrativamente, com vários governos locais atuando sobre uma mesma mancha urbana. Por isso, além do planejamento, o outro aspecto que deve ser reforçado nas cidades da ALC é a coordenação interjurisdicional, fundamental para evitar ineficiências nos sistemas e serviços urbanos.

③ Enfrentar os desafios trazidos pelas transições verde, digital e energética

Os fenômenos globais também impõem desafios aos governos subnacionais. Entre os mais destacados estão o aquecimento global e a perda de biodiversidade. Embora as políticas de mitigação e conservação sejam geralmente definidas em nível nacional, suas consequências se materializam nos territórios e, portanto, envolvem diretamente os governos regionais e locais.

Há vários pontos de interseção entre o nível subnacional e a agenda ambiental. Um deles é o planejamento territorial, com o imperativo de construir cidades mais resilientes diante de eventos naturais. Outro está relacionado à gestão dos recursos naturais. Em muitos países, os entes locais e regionais participam da administração da água — uma função que pode ser impactada por mudanças nos padrões de precipitação e na disponibilidade do recurso. Os governos subnacionais também têm influência, direta ou indireta, sobre políticas de exploração de recursos minerais, incluindo os que são estratégicos para a transição energética.

A transformação digital e o crescente desenvolvimento de tecnologias baseadas em inteligência artificial representam outro fenômeno global com impacto sobre as administrações subnacionais. Nesse contexto, o principal desafio consiste em desenvolver competências e infraestrutura para a adoção da digitalização e, assim, fortalecer as capacidades dos governos subnacionais.

A implementação de ferramentas digitais não apenas tem o potencial de acelerar e aprimorar os processos administrativos tradicionais da gestão pública, como também pode viabilizar o desenvolvimento de aplicações inovadoras que melhorem a interação com os cidadãos e a gestão do território. De fato, os governos regionais — e especialmente os locais — estão em posição privilegiada para inovar nesse campo, dada sua proximidade com a população e a frequência das interações entre cidadãos e essas administrações.

Por Guillermo Alves & Gustavo Fajardo
Economistas do CAF –banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe–

Fortalecimento da governança subnacional:

5 ÁREAS DE AÇÃO

Receitas fiscais dos governos subnacionais em países da América Latina e do Caribe

Dados percentuais - 2022
Fonte: RED: "Soluções próximas: o papel dos governos locais e regionais na América Latina e no Caribe".



O RED propõe atuar em aspectos que vão desde a autonomia fiscal até a digitalização, com o objetivo de promover governos locais e regionais mais dinâmicos e eficazes.

1. FORTALECER A INSTITUCIONALIDADE FISCAL

A capacidade fiscal é fundamental para a efetividade dos governos locais e regionais, mas na América Latina e no Caribe (ALC) ela ainda é limitada. Embora nos últimos 40 anos esses governos tenham conquistado maior autonomia política e assumido mais responsabilidades na prestação de serviços, esse avanço não foi acompanhado por um aumento proporcional na autonomia sobre os gastos, as receitas e o endividamento.

As receitas dos governos locais e regionais dependem fortemente das transferências recebidas do nível central. Na ALC, essas transferências representam 58% da receita desses entes, em comparação com 43% nos países da OCDE. Ainda que as transferências contribuam para equilibrar os gastos entre as regiões, muitas vezes elas estão condicionadas a usos específicos, o que limita a capacidade de decisão dos governos subnacionais. Uma análise do RED em 15 países mostra que 62% dos fundos transferidos possuem restrições de uso.



Na estrutura tributária, é necessário eliminar impostos distorcivos e promover aqueles que sejam eficientes e equitativos, como o imposto de renda em nível regional e o imposto predial em nível local. La Paz, Bolivia. → *Foto - Florian Delée / Unsplash*

A falta de autonomia tributária se manifesta na pouca participação que os governos locais e regionais têm em tributos fundamentais como o IVA ou o imposto de renda. Enquanto nos países da OCDE o imposto de renda representa 30% da receita tributária no nível local e 37% no nível regional, na região esse valor é praticamente inexistente. Em seu lugar, os governos regionais dependem de tributos ineficientes, como os impostos sobre a receita bruta de vendas. No nível local, o principal recurso é o imposto sobre a propriedade, que representa metade da arrecadação e é mais eficiente por incidir sobre um ativo imóvel como a terra.

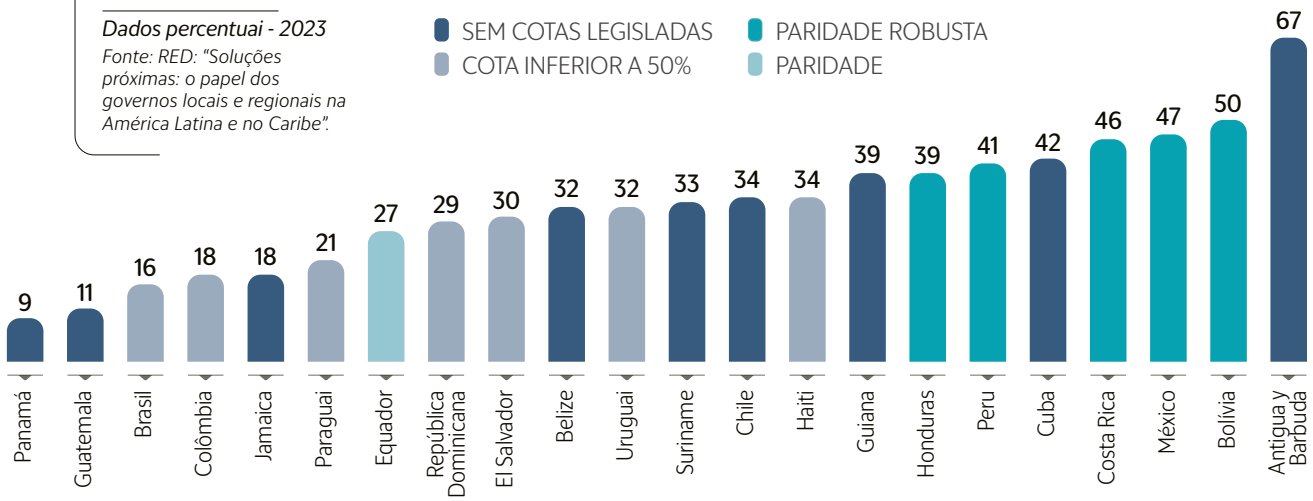
A falta de autonomia em termos de endividamento implica, por exemplo, que na maioria dos países as administrações locais e regionais não podem contrair dívidas sem autorização do governo nacional. Esse e outros limites à autonomia fiscal têm como objetivo evitar que os governos assumam dívidas excessivas que depois não consigam honrar, obrigando sua assunção em nível nacional, com potenciais riscos sistêmicos. De fato, historicamente, os episódios de crise da dívida subnacional foram o que motivou a introdução de restrições mais rigorosas. Portanto, o fortalecimento da autonomia fiscal, inclusive no que se refere ao acesso ao endividamento, não deve ser entendido como uma simples eliminação de barreiras, mas sim como uma melhoria da institucionalidade por meio de modernos sistemas de informação, regras claras e maior cooperação entre os níveis de governo — de forma a evitar tais riscos.

O RED identifica três dimensões nas quais é necessário avançar para fortalecer a institucionalidade fiscal subnacional. Em primeiro lugar, é preciso melhorar a capacidade de geração de receitas próprias. Isso implica revisar a estrutura tributária para eliminar impostos distorcivos e promover aqueles que sejam eficientes e equitativos, como o imposto de renda em nível regional e o imposto predial em nível local. Em segundo lugar, é necessário avançar no desenho de regras claras e de padrões contábeis comuns para gerar confiança na gestão dos recursos. A transparência na prestação de contas e a adoção de sistemas de auditoria interna e externa contribuem para reduzir o risco moral e garantir que o investimento público seja realizado de forma eficiente. Nesse sentido, reformas na legislação fiscal que estabeleçam limites claros para o endividamento e mecanismos para resolução de insolvências (como a Lei de Falências na Colômbia) são necessárias para criar um ambiente fiscal previsível e confiável. Por fim, há espaço para fortalecer os sistemas de transferências, tornando-os menos discricionários e mais previsíveis. Na região, ganham especial relevância as transferências vinculadas a royalties, cujo desenho e regras de distribuição entre jurisdições devem incentivar a exploração social e ambientalmente responsável dos recursos naturais.

Cargos eletivos em órgãos deliberativos de governos locais ocupados por mulheres

Dados percentuais - 2023

Fonte: RED: "Soluções próximas: o papel dos governos locais e regionais na América Latina e no Caribe".



2. ATRAÇÃO, SELEÇÃO E RETENÇÃO DE PESSOAL QUALIFICADO E REPRESENTATIVO



Os concursos públicos e a seleção baseada no mérito contribuíram para a profissionalização do emprego público subnacional. A estabilidade no emprego e a capacitação contínua ajudariam a reter e aprimorar talentos. → *Foto - Jaiver Nieto / Ceet*

O capital humano é o recurso mais valioso de qualquer administração pública. Os servidores são os responsáveis por movimentar diariamente a máquina estatal, e deles depende a oferta de serviços de qualidade. No entanto, em muitos países da região, o RED identifica problemas na gestão do pessoal subnacional, como a alta rotatividade resultante de práticas clientelistas e a dificuldade em atrair talentos para áreas especializadas.

Os concursos públicos e a seleção baseada no mérito são fundamentais para profissionalizar o emprego público subnacional. Por sua vez, a estabilidade no emprego, aliada à possibilidade de acesso a programas de capacitação contínua, contribui para reter e aprimorar talentos. Esses elementos devem ser complementados pelo desenho de esquemas de incentivos que incluam remunerações competitivas, oportunidades de desenvolvimento profissional e benefícios adicionais que tornem a carreira no setor público mais atrativa.

No que diz respeito aos esforços de capacitação, muitos países da região contam com agências especializadas na formação de servidores públicos, como as escolas nacionais de administração pública no Chile, na Colômbia e no México, que oferecem programas acadêmicos e cursos de atualização. O CAF contribui com os esforços de capacitação de funcionários por meio de diversas iniciativas. Desde 2022, cerca de 7.000 servidores de administrações nacionais e subnacionais participaram de oito programas de diplomados e do Programa de Alta Liderança Latino-Americana, enquanto mais de 150.000 pessoas, de 40 países, realizaram cursos abertos on-line. Além disso, nos últimos anos, o banco desenhou programas específicos para fortalecer a gestão local, capacitando quase 1.000 servidores subnacionais em áreas como transformação digital, parcerias público-privadas e financiamento de projetos de investimento.

Por outro lado, é fundamental que o emprego público subnacional reflita a diversidade das comunidades que atende. O RED destaca que, embora a participação das mulheres no emprego público geralmente esteja entre 40% e 50%, como mostra um dos gráficos, existem enormes lacunas na representação em cargos de alta direção e em órgãos deliberativos. Do mesmo modo, a representação de grupos étnicos e minoritários é praticamente inexistente em muitos contextos.



3. MELHORAR O PLANEJAMENTO URBANO E A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

O planejamento urbano é a tarefa integradora que fundamenta muitas das funções dos governos locais. O RED enfatiza que o planejamento urbano incide diretamente na acessibilidade da moradia e nos tempos de deslocamento — dois aspectos fundamentais da qualidade de vida dos residentes urbanos.

Um planejamento adequado deve garantir que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada, com acesso a serviços básicos, e que as regulamentações de uso do solo não restrinjam excessivamente a oferta de moradias. Caso contrário, o resultado é o encarecimento da moradia formal e a expansão de assentamentos informais. Um bom planejamento urbano não apenas regula o uso do solo, mas também determina o acesso a espaços públicos de qualidade. Parques, praças e áreas de recreação são essenciais para fomentar a coesão social e melhorar o bem-estar da população.

A mobilidade sustentável é outro pilar fundamental para melhorar a qualidade de vida nas cidades, e sua gestão costuma estar a cargo dos governos locais. A mobilidade urbana eficiente exige investimentos robustos em infraestrutura e veículos, bem como uma boa regulação e supervisão dos prestadores de serviço. Além disso, a coordenação entre a localização das moradias e a infraestrutura de transporte é crucial. Está comprovado que, quando os investimentos em transporte público de massa, como corredores de ônibus de trânsito rápido (BRT) e metrôs, são acompanhados por regulamentações de uso do solo que permitam maior densidade nas proximidades das estações, há um aumento significativo no acesso a moradias acessíveis e com serviços.

O avanço da mobilidade sustentável está estreitamente ligado à transição energética, pois, como mostrou o RED anterior ("Energias Renovadas: Transição energética justa para o desenvolvimento sustentável"), a eletrificação do transporte urbano é uma das oportunidades de redução das emissões de gases de efeito estufa com a relação custo-benefício mais favorável. O RED atual destaca a experiência de Santiago do Chile, onde se avançou na eletrificação da frota de ônibus por meio de um modelo de gestão inovador que separa a propriedade da operação.

} A mobilidade urbana eficiente exige investimentos robustos em infraestrutura e veículos.
→ *Foto - Mauricio Moreno / Ceet*

Na gestão de sistemas de abastecimento de água, as alianças entre jurisdições podem gerar economias de escala e promover melhores práticas.
→ *Foto - Mauricio Moreno / Ceet*



4. FORTALECER A COOPERAÇÃO ENTRE GOVERNOS

Diversas dimensões da ação governamental subnacional transcendem os limites jurisdicionais. A gestão ambiental, incluindo o manejo de resíduos sólidos e a administração dos recursos hídricos, é talvez o exemplo mais clássico, mas o transporte de passageiros e a segurança cidadã também exigem, cada vez mais, esforços ampliados de cooperação intergovernamental em nível subnacional.

Essas demandas de cooperação são particularmente intensas nas áreas metropolitanas: 53 cidades da América Latina e do Caribe superam um milhão e meio de habitantes e, em média, cada uma delas abrange mais de 17 jurisdições. A criação de autoridades metropolitanas pode ser uma ferramenta eficaz para mitigar externalidades interjurisdicionais e otimizar a prestação de serviços. Embora existam alguns casos de sucesso, como a Área Metropolitana do Vale do Aburrá, o panorama geral é de fragilidade institucional ou de completa ausência de governança metropolitana.

A cooperação entre governos locais e regionais não deve se limitar à criação de estruturas de propósitos gerais, mas, em alguns casos, deve ser estruturada com base em áreas específicas da gestão pública. No setor de transporte, por exemplo, os arranjos de coordenação para o planejamento de rotas e a contratação de serviços de ônibus permitem que os municípios negociem condições mais vantajosas e promovam maior integração entre suas jurisdições. De forma semelhante, em áreas tão diversas e fundamentais da administração subnacional como a gestão de resíduos sólidos, os serviços de água e saneamento e os serviços de saúde, as alianças entre jurisdições podem gerar economias de escala e facilitar a adoção de melhores práticas.

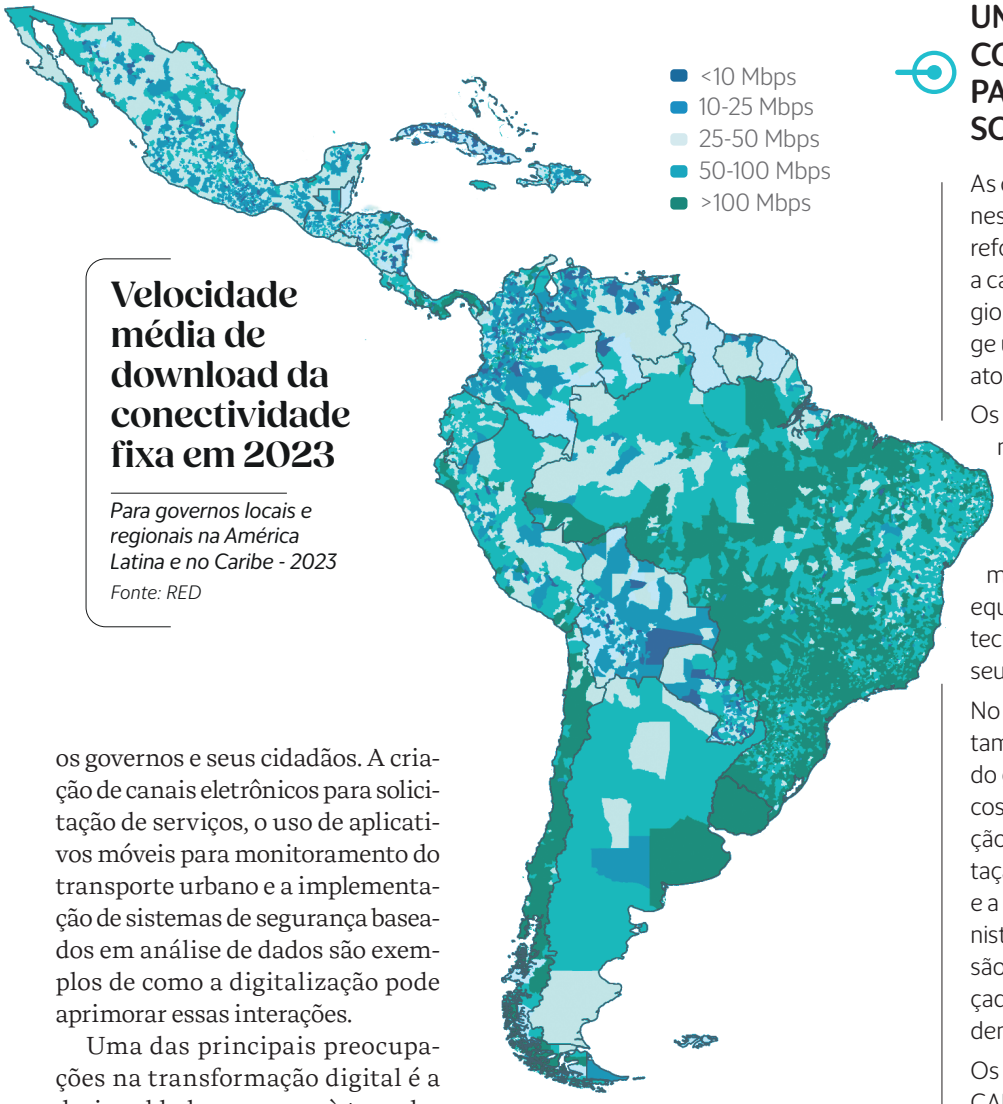
Para além da constituição de arranjos formais de cooperação, sejam eles de caráter geral ou específico, o aprendizado mútuo entre governos locais e regionais é outra fonte de aprimoramento de suas práticas. Em contraste com o governo central, que é único, a multiplicidade de unidades subnacionais permite que diferentes jurisdições experimentem novos projetos e modelos de gestão, e que, posteriormente, as experiências mais bem-sucedidas sejam replicadas pelas demais. Para que isso ocorra, é necessário que existam espaços de intercâmbio entre os líderes das administrações locais e regionais. As redes de governos locais cumprem um papel fundamental nesse sentido. O relatório destaca a experiência da Rede de BiodiverCidades, impulsionada pelo CAF, que busca promover a biodiversidade como eixo central da gestão urbana.

5. ACELERAR A DIGITALIZAÇÃO E O USO DE TECNOLOGIAS

A transformação digital tornou-se uma ferramenta indispensável para modernizar a gestão pública. No entanto, a digitalização também representa um desafio para os governos subnacionais: como aproveitar seus benefícios sem que ela se torne mais um fator de ampliação das desigualdades. Em um cenário em que a tecnologia avança a passos largos, é fundamental que as administrações locais e regionais adotem ferramentas digitais que lhes permitam otimizar seus processos, melhorar a prestação de contas e facilitar o acesso da população aos serviços.

A adoção de tecnologias da informação e comunicação (TIC) na gestão interna dos governos subnacionais pode transformar radicalmente a forma como os recursos públicos são administrados. A digitalização de procedimentos, a implementação de plataformas de gestão orçamentária e a modernização dos sistemas de compras públicas são exemplos claros de como a tecnologia pode agilizar a tomada de decisões e aumentar a transparência.

A tecnologia não apenas melhora a gestão interna, como também permite interações mais eficazes entre



Velocidade média de download da conectividade fixa em 2023

Para governos locais e regionais na América Latina e no Caribe - 2023

Fonte: RED

os governos e seus cidadãos. A criação de canais eletrônicos para solicitação de serviços, o uso de aplicativos móveis para monitoramento do transporte urbano e a implementação de sistemas de segurança baseados em análise de dados são exemplos de como a digitalização pode aprimorar essas interações.

Uma das principais preocupações na transformação digital é a desigualdade no acesso à tecnologia entre diferentes jurisdições. Enquanto municípios e estados mais ricos conseguem investir em infraestrutura tecnológica de ponta, aqueles com menor capacidade enfrentam barreiras significativas. Essas disparidades ficam evidentes nas velocidades de conexão à internet, conforme mostra o mapa anexo. Essa realidade exige uma resposta que envolva tanto a infraestrutura física para a conectividade quanto a infraestrutura de governança, com a criação de padrões nacionais para a interoperabilidade dos sistemas. A promoção de parcerias com o setor privado também deve fazer parte da estratégia para facilitar a disseminação de tecnologia em toda a região.

> “O RED propõe a construção conjunta de ‘soluções próximas’ como uma ideia fundamental para orientar o trabalho desses múltiplos atores no fortalecimento dos governos subnacionais na América Latina e no Caribe”.

UM ESFORÇO COORDENADO PARA CONSTRUIR SOLUÇÕES PRÓXIMAS

As cinco áreas de ação apresentadas neste artigo constituem um núcleo de reformas indispensáveis para ampliar a capacidade dos governos locais e regionais. O avanço dessa agenda exige um esforço conjunto de múltiplos atores.

Os atores fundamentais são, evidentemente, os próprios governos locais e regionais, que desempenham um papel central na modernização de seus processos, no investimento na profissionalização de suas equipes de trabalho e na adoção de tecnologias que lhes permitam gerir seus recursos de forma mais eficiente.

No entanto, o êxito dessas reformas também requer a atuação e o apoio do governo central. A criação de marcos normativos que facilitem a geração de receitas próprias, a implementação de esquemas de financiamento e a padronização de processos administrativos e sistemas tecnológicos são medidas que só podem ser alcançadas por meio de um esforço coordenado.

Os organismos multilaterais, como o CAF –banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe– acompanham os governos subnacionais e nacionais nessa agenda, oferecendo assistência técnica, financiamento e promovendo espaços de intercâmbio de boas práticas entre governos de diferentes regiões e países.

O RED propõe a construção conjunta de “soluções próximas” como uma ideia fundamental para orientar o trabalho desses múltiplos atores no fortalecimento dos governos subnacionais na América Latina e no Caribe. A proximidade com a cidadania permite identificar e atender de forma mais precisa às necessidades locais, enquanto a descentralização, apesar de seus desafios, oferece a oportunidade de construir administrações mais ágeis, transparentes e eficientes.

Acesso à informação e desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe



PONTO DE VISTA

Alejandra Claros

Secretária-Geral do CAF
–banco de desenvolvimento
da América Latina e Caribe–

Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) desempenham um papel cada vez mais relevante no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e no financiamento climático. Somos atores estratégicos para mobilizar recursos e gerar impacto nas economias emergentes. No entanto, a diversidade institucional e a falta de informações comparáveis limitam a compreensão da nossa contribuição real, assim como a participação ativa da cidadania.

Como falar em desenvolvimento sustentável se aqueles que devem se beneficiar não sabem como os recursos estão sendo utilizados?

A transparência não é um valor abstrato: é uma condição indispensável para tomar melhores decisões, alocar recursos com critério e evitar duplicações. Permite avaliar o que funciona, melhorar o que não funciona e amplificar o impacto onde ele é mais necessário. Além disso, fortalece a prestação de contas e gera confiança institucional.

Quando a informação não está disponível ou é inacessível, enfraquece-se a capacidade de governar com eficácia e limita-se a participação e colaboração cidadã. Em nossa região, onde a desigualdade persiste como um desafio estrutural, a transparência é também uma ferramenta para redistribuir poder e incluir na tomada de decisões aqueles que historicamente foram excluídos.

Em projetos de infraestrutura –como estradas ou represas em zonas rurais–, a abertura da informação é fundamental. Divulgar de forma clara os impactos sociais e ambientais, junto com a criação de espaços para consulta pública, fomenta um diálogo genuíno entre comunidades, autoridades e empresas. Essa participação precoce permite resolver tensões, construir consensos e garantir que o desenvolvimento não deixe ninguém para trás.

A publicação de dados sobre investimentos sociais e seus resultados permite às comunidades rurais identificar lacunas, exigir melhorias e participar com mais ferramentas nas decisões que as afetam. Quando os dados são claros, o que estava oculto se torna visível. E o que é visível, pode ser transformado. Assim, a transparência contribui para fechar brechas históricas e avançar rumo a uma integração territorial mais equitativa.

Avançar em transparência implica mais do que aumentar a quantidade de informação divulgada: exige que ela seja útil, oportuna e compreensível. É necessário fortalecer os padrões de publicação, promover a prestação de contas e garantir que as pessoas e comunidades tenham acesso a dados relevantes para sua realidade. Só assim será possível democratizar a tomada de decisões e fortalecer o vínculo entre as instituições e a cidadania.

A transparência e o acesso à informação não são meros requisitos técnicos. São a base de uma governança moderna, aberta e orientada ao bem comum. Na América Latina e no Caribe, precisamos que a informação circule, seja confiável e esteja disponível no momento certo e em formatos acessíveis.

Como disse Gabriel García Márquez: "A melhor notícia nem sempre é a que se dá primeiro, mas muitas vezes a que se dá melhor."

E no desenvolvimento, "dizer melhor" significa fazê-lo com evidência, abertura e escuta.

Desde o CAF, assumimos este compromisso: que o acesso à informação não seja um privilégio, mas uma ponte. Uma ponte que conecte instituições à cidadania, financiamento a resultados, e dados a decisões que transformem vidas.

A aposta do CAF por uma região mais justa e sustentável



PONTO DE VISTA

Gianpiero Leoncini

Vice-presidente executivo do CAF
–banco de desenvolvimento
da América Latina e Caribe–

Em um contexto de tensões geopolíticas, desigualdades e múltiplas crises, a América Latina e o Caribe encontram-se em uma encruzilhada: como avançar rumo a um desenvolvimento que combine crescimento econômico com proteção ambiental e inclusão social. O CAF assumiu o desafio de ser catalisador dessa mudança, alinhando sua estratégia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com as prioridades dos 23 países membros.

A pandemia evidenciou as vulnerabilidades da região. A isso somam-se os efeitos das mudanças climáticas, que ameaçam especialmente os pequenos Estados insulares do Caribe e as comunidades costeiras. Diante desse cenário, a capitalização histórica de 7 bilhões de dólares aprovada em 2022 pelo Conselho do CAF não foi apenas um marco financeiro, mas um mandato para nos tornarmos o banco de desenvolvimento que lidera a transição para economias verdes e inclusivas, levando em consideração o impulso ao setor privado. Esse compromisso se traduz em resultados tangíveis. Somente em 2024, mais de 4 milhões de pessoas obtiveram melhor acesso a serviços básicos, 5.000 pequenas e médias empresas receberam apoio e 11.000 microempreendedores tiveram acesso a microcréditos. Hoje, 41% do financiamento corresponde a projetos verdes, e já mobilizamos 3,6 bilhões de dólares de fontes internacionais, o que demonstra nossa capacidade de articular soluções globais para problemas regionais.

Nossa atuação está estruturada em três dimensões. Primeiro, concentramos esforços em seis áreas de impacto: transição energética justa, adaptação às mudanças climáticas, desenvolvimento territorial resiliente, bem-estar social inclusivo, conectividade física e digital e aumento da produtividade por meio de alianças com o setor privado. Segundo, integramos princípios fundamentais em nossas operações: sustentabilidade ambiental, decisões baseadas em evidências, fortalecimento institucional dos nossos parceiros, enfoque de gênero e inclusão, e atração de recursos internacionais. Terceiro, fortalecemos nossas capacidades com foco em sustentabilidade financeira, desenvolvimento de talentos, transformação digital, expansão geográfica, transparência e criação de instrumentos inovadores.

Nossas intervenções incorporam princípios transversais que ampliam seu impacto. 50% dos projetos soberanos inclui componentes de gênero, como créditos adaptados a empreendedoras no Equador. Incorporamos saberes ancestrais e promovemos cooperação Sul-Sul para replicar experiências exitosas, como o modelo uruguaio de energia eólica. Nossa solidez institucional viabiliza inovações financeiras como os bônus sustentáveis vinculados a metas de reflorestamento na Amazônia.

Os desafios pendentes ainda são enormes. A região precisa de 150 bilhões de dólares anuais para cumprir os compromissos climáticos. Um terço dos países possui capacidades limitadas para executar projetos complexos. A integração continua sendo insuficiente. Por isso, o CAF está redobrando seus esforços para ampliar o financiamento climático até 2030, fortalecer os governos locais com tecnologia e aprofundar as parcerias com organismos multilaterais e com o setor privado.

Por fim, os alicerces do impacto do CAF residem nas suas agendas internas, que reforçam a capacidade de transformar visão em ação. Em 2024, o CAF consolidou a melhor classificação de risco de sua história, acompanhada do fortalecimento do capital humano e de transformação digital. A transparência também foi elevada a padrões internacionais rigorosos. Além disso, a ampliação da base acionária para 23 países, juntamente com o desenvolvimento de instrumentos inovadores, demonstram a capacidade do CAF de se adaptar aos desafios. O CAF reafirma seu papel como o parceiro estratégico que a região necessita.

Este artigo reflete o nosso Relatório de Impacto 2024, disponível em www.caf.com

ECONOMIA VERDE

Por Alicia Montalvo Santamaría
Gerente de Ação Climática e Biodiversidade Positiva do CAF
–banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe–

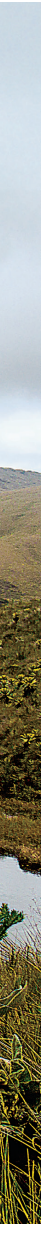


Mudança climática e biodiversidade,

DUAS FACES DA MESMA MOEDA



O ecossistema de paramo é uma das joias da biodiversidade da região e um dos mais ameaçados. → *Foto - Juan Pablo Rueda / Ceet*



A recente primeira edição dos Diálogos Mutis, em Madri, permitiu que a perspectiva da região em matéria de biodiversidade construísse novas sinergias com o propósito de oferecer soluções para o futuro do planeta.

Nos últimos anos, a América Latina e o Caribe (ALC), como região, tem feito ouvir sua voz nos debates globais sobre meio ambiente, mudança climática e, especialmente, sobre biodiversidade. O fato de a região abrigar 60% da biodiversidade mundial, seis dos dezessete países mais biodiversos do planeta e o habitat com a maior diversidade biológica do mundo (a floresta amazônica) explica esse protagonismo crescente e torna necessário promover uma nova abordagem latino-americana e caribenha para enfrentar os desafios de conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade.

Essa nova abordagem regional vem sendo moldada por meio de iniciativas inovadoras. Os fatores que costumam caracterizá-las são a valorização dos serviços ecossistêmicos nos programas de investimento, uma integração mais harmoniosa da biodiversidade nas cidades e o desenvolvimento de novos modelos produtivos baseados na bioeconomia.

Na maioria dos casos, isso ocorre com o envolvimento de comunidades e povos indígenas, que são justamente os que mais protegem os ecossistemas e cujo bem-estar está mais diretamente ligado à sua preservação.

Recursos e conhecimento

Entre os desafios mais urgentes para que a visão e as soluções latino-americanas e caribenhas ganhem espaço nos grandes debates globais, destaca-se a necessidade de mobilizar mais recursos financeiros para preservar a biodiversidade. Mas também é fundamental promover a integração do conhecimento e da ciência autóctone na tomada de decisões, ampliar o papel das comunidades locais e dos povos indígenas, e fomentar a tecnologia e a inovação baseadas na natureza na região.

No que diz respeito ao financiamento, os recursos atualmente destinados à preservação da biodiversidade são insuficientes para proteger e restaurar ecossistemas e conservar espécies ameaçadas. Isso afeta significativamente a produtividade agrícola, o acesso a recursos hídricos, os sistemas naturais de proteção contra desastres e o turismo — o que prejudica especialmente as comunidades locais que dependem desses ecossistemas para sua subsistência e bem-estar.

Por essa razão, na COP16 da Convenção sobre a Biodiversidade foi acordado que os fluxos internacionais de financiamento deverão alcançar 20 bilhões de dólares anuais até 2025, aumentando para 30 bilhões até 2030, o que exigirá um debate profundo sobre instrumentos inovadores que promovam o financiamento público e privado.

Nesse cenário, a região pode liderar uma visão da biodiversidade como eixo central para o desenvolvimento produtivo e para a melhoria das condições de vida das pessoas. No CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe – estamos destinando novos recursos para esse fim. Um exemplo disso é que, em 2024, 41% das nossas aprovações foram verdes (meta originalmente prevista para 2026), e assumimos o compromisso de destinar 10% do nosso financiamento até 2030 à biodiversidade da região. Em termos práticos, isso significa que anualmente investiremos mais de 1,5 bilhão de dólares em programas voltados à sua preservação.

Esses compromissos sem precedentes têm como base uma abordagem ecossistêmica que coloca as pessoas e o uso dos recursos naturais no centro do processo de tomada de decisões, promove a conservação e o uso sustentável desses recursos de maneira equitativa e reconhece a importância da colaboração interdisciplinar e da cooperação entre diversos atores. Identificamos 14 ecossistemas estratégicos prioritários na região e estamos trabalhando em um catálogo de soluções para enfrentar as principais ameaças que eles enfrentam. Da mesma forma, aprovamos um programa regional de 300 milhões de dólares para financiar ações específicas.

Outro eixo fundamental da visão latino-americana e caribenha sobre biodiversidade é a promoção e integração da ciência autóctone e dos saberes ancestrais nos projetos de investimento, o que permitirá garantir ações respeitosas com as comunidades locais. Com esse objetivo, na COP16 assinamos, em parceria com mais de 15 instituições científicas, uma "Declaração por uma Biodiversidade Positiva na América Latina e no Caribe: da Ciência à Ação", promovendo a criação de um conselho científico assessor que auxilie o CAF no processo de tomada de decisões com base nas evidências científicas mais recentes e consistentes.

É fundamental que todas as iniciativas de financiamento e de in-



Ao fundo, a imagem do sacerdote e cientista espanhol José Celestino Mutis, líder da Real Expedição Botânica do Novo Reino de Granada no século XVIII. Sua figura pioneira inspirou esses diálogos. → *Foto - CAF*

tegração da ciência nas decisões envolvam as comunidades locais, especialmente nos ecossistemas mais frágeis. Por isso, no CAF estamos promovendo projetos como a "Rede de Mulheres Piangüeras" do Pacífico, com recursos do novo Fundo Global de Biodiversidade, que permitirão apoiar a cadeia de valor sustentável da piangua e melhorar a qualidade de vida das mulheres, bem como restaurar o ecossistema de manguezal. Outras iniciativas em desenvolvimento com a participação das comunidades locais incluem o manejo do sargaço, os bionegócios agrícolas na Amazônia e a proteção da pesca artesanal.

Por fim, para preservar a biodiversidade na região, é imprescindível impulsionar a inovação. Em primeiro lugar, promovendo instrumentos financeiros inovadores, como a troca de dívida por natureza ou os certificados de biodiversidade. Em segundo lugar, apoiando programas de inovação tecnológica associados à biodiversidade, como a iniciativa "InNatureLab", que oferece apoio financeiro e não financeiro a soluções de bioeconomia por meio de um laboratório de inovação aberto que inclui as comunidades locais, além de fomentar a biomimética e um novo modelo de desenvolvimento produtivo.

Espírito Mutis

É necessário um salto qualitativo: a biodiversidade é um ativo fundamental para o posicionamento da região nos debates globais sobre as normas que regem a arquitetura financeira internacional — em especial os fluxos comerciais e financeiros — e para o desenvolvimento de novas políticas de inovação tecnológica. Precisamos que a ótica da biodiversidade, desde este lado do mundo, permeie e construa novas sinergias para melhorar as condições de vida dos cidadãos e garantir o equilíbrio ambiental do planeta.

Com esse propósito, no início deste mês, realizamos em Madri a primeira edição dos Diálogos Mutis sobre Biodiversidade América Latina e Caribe–Espanha, com mais de 50 representantes de instituições científicas, governos latino-americanos, instituições financeiras, agências de cooperação, organizações não governamentais e filantrópicas, além de representantes do setor privado, para reforçar a voz da ciência e impulsionar o papel da tecnologia e da inovação como ferramentas para a conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade nos países.

Esses encontros foram batizados de Diálogos Mutis como uma forma de resgatar a figura de José Celestino Mutis e o espírito da Real Expedição Botânica do Novo Reino de Granada que, de maneira visionária, criou no século XIX as bases de um diálogo global baseado no conhecimento — um diálogo que continua em construção.

A principal conclusão que levamos deste encontro no Real Jardim Botânico de Madri é a importância de ter espaços como este, multidisciplinares, onde falem pessoas interessadas nos temas da biodiversidade, mas que venham de diferentes áreas –da ciência, da tecnologia, das finanças– e que possam encontrar um lugar para dialogar, compreender os termos uns dos outros e também trabalhar em contextos mais acessíveis e divulgativos.

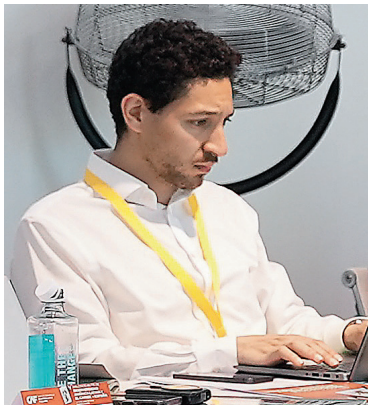
Muitas vezes o problema que enfrentamos é a nossa incapacidade de comunicar a importância da biodiversidade, de valorizá-la e de expressar como um modelo de desenvolvimento produtivo baseado na biodiversidade pode ser fundamental para o crescimento econômico de regiões como a ALC. Por isso, consideramos importante construir esse caminho, para que todas as peças se encaixem em benefício da biodiversidade como solução para os desafios da mudança climática.

Para nós, esses diálogos são uma peça chave no caminho rumo à COP30 em Belém. Viemos da COP16 em Cali, passamos por uma declaração científica em Bogotá, e seguimos agora para uma COP sobre mudança climática. Queremos que a biodiversidade e a mudança climática sejam duas faces de uma mesma moeda, pois não é possível falar de um bom plano para reduzir gases de efeito estufa sem considerar a proteção da biodiversidade.

VOZES DO DIÁLOGO EM MADRI

Amir Lebdioui

Diretor do Centro de Tecnologia e Industrialização para o Desenvolvimento, Universidade de Oxford



"O que está em jogo é o futuro econômico e tecnológico da ALC. A biodiversidade não é apenas um ativo passivo que precisa ser protegido e conservado; ela também é um banco de ideias, uma fonte de inspiração e informação para inovar. A maioria dos países da ALC ainda não conseguiu sair da armadilha da renda média, e um fator determinante para isso é a capacidade tecnológica e o uso de recursos naturais. A inovação inspirada na natureza representa um caminho alternativo que pode ajudar a região a fechar a lacuna tecnológica e de desenvolvimento em relação ao resto do mundo. Como disse Leonardo da Vinci: 'Aprendamos com a natureza, ali está o nosso futuro'".

Dalina Aldana

Presidente da Academia Mexicana de Ciências e pesquisadora do Cinvestav



"A natureza é fundamental para a vida humana. Em um lugar como o Real Jardim Botânico de Madri, podemos nos isolar do barulho do comércio voraz, que constantemente nos incita a comprar e descartar. Soluções tecnológicas existem e continuarão a existir, mas é muito importante que aprendamos a viver de outra forma –com um consumo menor de tudo e, consequentemente, com menos descarte. O CAF teve e continua tendo a visão de investir em desenvolvimentos em que a natureza é o ator principal, e não os supermercados. Onde nasce a água, é preciso dialogar com a biodiversidade. Eu acredito que o trabalho está muito bem alinhado com os objetivos estabelecidos pelo CAF".

Elizabeth Gray

CEO da National Audubon Society



"Quando atravessei a rua desde o hotel e entrei neste Jardim Botânico, pude sentir imediatamente a temperatura cair cinco, talvez até dez graus. Esses oásis urbanos são de vital importância para educar sobre os benefícios da natureza – para a saúde, para a economia, entre outros. Não falamos o suficiente sobre esses temas entre setores. Aqui, nesta sala, tivemos cientistas, acadêmicos, pesquisadores, mas também pessoas de bancos, ONGs, governos e empresas privadas. Todos aprendendo uns com os outros, dialogando, colaborando, compartilhando lições aprendidas. É assim que vamos avançar com esse trabalho em todo o mundo".

Mauricio Diazgranados

Diretor Científico do Jardim Botânico de Nova York



"A biodiversidade enfrenta uma ameaça sem precedentes. O diálogo sobre a biodiversidade nos convida a repensar como podemos integrar ciência, política e sociedade para reverter os processos de perda da biodiversidade e implementar ações eficazes de conservação, além de discutir como a ALC pode adotar planos integrados que permitam a recuperação e a preservação dessa biodiversidade em toda a região. Os jardins botânicos oferecem a oportunidade de criar uma ponte entre os cidadãos e a natureza. Eles não são apenas espaços recreativos, educativos ou de conservação – são também centros de conhecimento e pesquisa, e muitos estão profundamente comprometidos com esses processos".

Por Equipe editorial
@AgendaCAF



Galápagos, laboratório vivo ameaçado pelas mudanças climáticas

O CAF e o Fundo Verde para o Clima destinaram 127 milhões de dólares em crédito e cooperação técnica para enfrentar os desafios ambientais do arquipélago que Darwin tornou famoso.

As tartarugas de Galápagos não são apenas de grande porte, mas também muito longevas. Podem viver entre 300 e 400 anos. → *Fotos - Andrea Moreno / Ceet*

Há 490 anos, o navio em que viajava de Panamá ao Peru o frei dominicano Tomás de Berlanga foi vítima de um desvio afortunado. Os ventos misteriosos e as águas incertas do oceano Pacífico acabaram levando-o a descobrir um arquipélago considerado uma joia única da natureza.

O que Berlanga e seus companheiros de aventura viram está descrito em uma carta do frei, datada de abril do mesmo ano e dirigida ao imperador Carlos V: "(os homens) não encontraram senão lobos marinhos, tartarugas e galápagos tão grandes, que cada um levava um homem em cima, e muitas iguanas" que "eram como serpentes gigantes". Em outras linhas, ele descreve

as ilhas como um lugar onde Deus teria feito "chover pedras" uma vez.

O assombro do frei diante daquele santuário árido de criaturas raras, que os marinheiros espanhóis chamaram de Galápagos por causa do formato do casco das tartarugas gigantes, revolucionou a compreensão científica da biologia três séculos depois, quando inspirou *A origem das espécies,* a obra que o famoso cientista britânico Charles Darwin escreveu após sua visita ao arquipélago em 1835 e com a qual estabeleceu as bases da teoria da evolução por seleção natural.

Tesouro em perigo

O eco de Darwin chamou a atenção dos cientistas, mas também, com o passar das décadas, despertou a curiosidade dos turistas. Atualmente, apesar das restrições, o número de visitantes continua crescendo. Segundo dados oficiais, em 2024 foram quase 280 mil visitantes, sendo 55% estrangeiros.

O turismo é, precisamente, uma das ameaças que o conjunto das 19 ilhas enfrenta. Os impactos das mudanças climáticas também colocam em risco a biodiversidade de mais de 9.000 espécies, em sua maioria exclusivas do arquipélago vulcânico.

De acordo com o boletim da Organização Meteorológica Mundial (OMM) sobre o estado do clima em 2024, entre janeiro e setembro a temperatura média do planeta superou em 1,54°C o valor de referência da era pré-industrial, situação que aumenta o risco de perda irreversível dos ecossistemas costeiros e marinhos.

A isso somam-se a presença de espécies invasoras como gatos, cães, porcos e gado, e a poluição por plásticos, compondo um cenário crítico que exige soluções urgentes para conservar este Patrimônio Natural da Humanidade.

"As Ilhas Galápagos enfrentam desafios decorrentes das mudanças climáticas, colocando em risco sua biodiversidade única e os meios de subsistência de seus 33 mil habitantes, baseados principalmente na agricultura, na pesca artesanal em pequena escala e no turismo de natureza", afirma a descrição do problema feita pelo CAF – banco de desenvolvimento da América Latina – ao anunciar seu apoio a um plano para enfrentá-lo.

Junto com o Fundo Verde para o Clima, o CAF contribuirá com 127 milhões de dólares em crédito e cooperação técnica para avançar rumo a um modelo de desenvolvimento de baixo carbono e adaptado aos crescentes desafios das mudanças climáticas no arquipélago.

Esses recursos serão investidos por meio do programa denominado "Mudança climática: o novo desafio evolucionário para Galápagos", que propõe enfrentar os desafios de forma integral com o desenvolvimento de três objetivos.

O primeiro é mudar a matriz energética do arquipélago, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis para os meios de subsistência das ilhas e proporcionando acesso a energia de baixas emissões, como a elétrica renovável.

Outro objetivo se concentra em aumentar a resiliência climática dos meios de subsistência dos habitantes de Galápagos. O plano visa fortalecer o sistema alimentar local e reabilitar e proteger os ecossistemas-chave, a fim de reduzir a dependência de produtos importados do continente, o que também diminuiria as emissões do transporte.

O terceiro ponto se centra nos mecanismos de sustentabilidade para a resiliência climática e os meios de subsistência de baixas emissões. Isso deve se traduzir na promoção de cadeias de valor mais eficientes e de uma economia circular azul, bem como na proteção e restauração dos ecossistemas marinhos e terrestres.

Essa iniciativa representa um esforço coordenado entre múltiplos atores, incluindo o CAF. No plano local, também participam o governo equatoriano, por meio do Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica, algumas instituições financeiras e a comunidade. No plano internacional, organismos como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), desenvolvedores e investidores privados.





Acima: O leão-marinho-de-Galápagos é abundante nas margens rochosas do arquipélago.
Abaixo: As iguanas são uma espécie endêmica no arquipélago, embora seu estado de conservação já esteja classificado como vulnerável.

"No CAF estamos comprometidos em apoiar nossos países membros na transição para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e resilientes ao clima. Com este projeto em Galápagos estamos oferecendo soluções ambientais de primeira linha, que podem ser replicadas em outras paisagens naturais de alta biodiversidade", afirmou o presidente executivo do banco, Sergio Díaz-Granados.

Se a descoberta das tartarugas gigantes e de outras criaturas feita por Berlanga e os marinheiros marcou um marco na história da ciência, a busca por soluções inovadoras para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas nesse ecossistema insular tão especial deve deixar outro, pelo menos na história da conservação da natureza na região.

Por Equipe editorial
@AgendaCAF

América Latina e o Caribe diante do desafio do crescimento

O primeiro Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe, realizado pelo CAF, acelera o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a integração, com a participação ativa do setor privado.

Como retomar o caminho do crescimento? Essa foi a pergunta fundamental do primeiro Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe (ALC), celebrado na Cidade do Panamá –uma pergunta que funcionou tanto como convite quanto como lembrete.

O convite era claro: compreender como potencializar a região no contexto atual. O lembrete vinha do fato de que, vinte anos atrás, o CAF –banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe– havia publicado seu primeiro Relatório de Economia e Desenvolvimento (RED), no qual propunha uma série de reflexões para retomar o crescimento, já que, tanto naquela época quanto agora, a região se via presa na mesma disjuntiva: como melhorar a qualidade de vida de sua população e impulsionar suas economias.

Com um crescimento médio de 2,1% em 2024 –metade da média global– e 180 milhões de pessoas em situação de pobreza, a ALC precisava se olhar no espelho em 2025 com a urgência de deixar de ser o "continente do futuro" adiado, para tornar-se um verdadeiro protagonista do presente.



Mais de 2.000 participantes participaram dos 36 segmentos oferecidos em dois dias, 29 e 30 de janeiro. → *Fotos - CAF*



O ex-primeiro-ministro italiano Matteo Renzi pediu à América Latina e ao Caribe que olhassem para a Europa para aprender com seus acertos e erros.

Diante de mais de 2.000 participantes, que estiveram presentes nos dias 29 e 30 de janeiro nas 36 sessões propostas ao longo de dois dias –entre plenárias e painéis paralelos–, o primeiro Fórum Econômico Internacional aprofundou o diagnóstico e a busca de oportunidades para superar a irrelevância da região no cenário global. Para isso, abordou temas como infraestrutura, investimento, ação climática, transição energética, pobreza, logística, sustentabilidade e transportes, entre outros.

Contribuições do setor privado

O fórum, que serviu como espaço de encontro entre o setor privado, autoridades governamentais e instituições multilaterais, transmitiu uma mensagem clara como balanço: sem a participação ativa dos empresários, não há desenvolvimento possível.

O impulso do setor privado não apenas viabiliza o crescimento, como também pode promover a integração regional. A América Latina e o Caribe, como região, tem recorrido a mecanismos para fortalecer sua integração, nem sempre com sucesso, pois muitas vezes dependeu dos contextos políticos. Para o presidente executivo do CAF, Sergio Díaz-Granados, o setor privado não apenas gera financiamento e ajuda a cobrir a lacuna que a banca multilateral não consegue suprir, mas também pode viabilizar a integração política. Para isso, os participantes do Fórum consideram fundamental que a atuação do setor inclua um interesse público e social.

A sustentabilidade ambiental foi outro pilar importante do Fórum, lado a lado com a relevância da sustentabilidade social. As contribuições deixaram claro que trabalhar para erradicar a pobreza torna qualquer ação ambiental muito mais eficaz.

O potencial da região

O balanço do evento destacou o enorme potencial da região e a forma como ela oferece soluções ao mundo para avançar em processos de transição energética, fornecimento de minerais ou aproveitamento de seu capital natural, apoiado na biodiversidade, no turismo ou na exportação de produtos regionais. A América Latina e o Caribe têm um capital possível que pode posicioná-la globalmente. Inclusive, as barreiras tarifárias foram vistas como uma oportunidade para investir mais na região e fortalecer o intercâmbio entre os países.

De outras perspectivas, o sociólogo Jeremy Rifkin destacou a necessidade de a região aproveitar seu capital natural e liderar a revolução verde ao vincular a sustentabilidade ambiental com a inclusão social; a ex-primeira-ministra da Dinamarca, Helle Thorning-Schmidt, ressaltou o potencial da liderança feminina como motor de crescimento na região; e o ex-primeiro-ministro italiano Matteo Renzi sugeriu olhar para a Europa para aprender com seus acertos e erros, além de fortalecer o comércio entre os países da área. Olivia White, diretora do McKinsey Global Institute, lembrou, por sua vez, que "sem investimento em produtividade, a América Latina continuará estagnada".

2,1%

DESTE É O CRESCIMENTO MÉDIO DA REGIÃO EM TERMOS DE PIB EM 2024 E EQUIVALE À METADE DA MÉDIA GLOBAL. É NECESSÁRIO UM NOVO IMPULSO PARA ACELERAR O PROGRESSO.

Temas como a conectividade dos portos de Chancay (Peru), San Antonio (Chile) e Cartagena (Colômbia) demonstraram que a região pode se tornar um hub logístico global. No que diz respeito à inteligência artificial, destacou-se que a América Latina e o Caribe podem contribuir para seu desenvolvimento.

Mais de cem reuniões bilaterais entre empresários e governos enriqueceram o evento, que em breve contará com um documento de conclusões com vistas à sua edição de 2026.

O Fórum, criado como uma iniciativa do CAF para gerar um espaço próprio de debate sobre os desafios da região, conseguiu finalmente reunir empresários, políticos e especialistas para discutir inovação e crescimento responsável, entre outros temas. O ambiente positivo e sem precedentes exaltou a integração regional e conectou os setores que tornarão possível a transformação da região para, desta vez sim, retomar o caminho do crescimento.

Por Equipe editorial
@AgendaCAF

Desafios e compromissos do setor privado

Os empresários destacaram a necessidade de o setor privado liderar a integração regional e o diálogo com o setor público, além de redefinir os paradigmas do desenvolvimento.

"Chegou a hora de formar a nossa liga. Na América Latina ainda acontece de os grandes talentos irem para a Europa. É preciso mudar essa dinâmica e deixar de ser seguidores para nos tornarmos líderes, tanto no âmbito empresarial quanto político."

As palavras de Juan Santiago, diretor executivo e fundador da Santex, empresa de tecnologia com 25 anos de experiência no desenvolvimento de software sob medida, resumem a principal conclusão das sessões do Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe, voltadas a ouvir empresários e empreendedores para conhecer em primeira mão a visão do setor privado sobre como tornar a região mais produtiva.

Na mesma linha, durante o simpósio organizado pelo CAF –Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe– em parceria com o Grupo Prisa e o World in Progress, o primeiro vice-presidente do Grupo Prisa, Fernando Carrillo, afirmou que



A jornalista Gabriela Frías (ao centro) com os porta-vozes empresariais que apresentaram as conclusões: Narciso Casado, Fernando Carrillo, Rolf Hoenger e Alfredo González. → *Foto - CAF*



O jornalista e analista econômico Ricardo Ávila com os representantes empresariais Fabián Castillo, María Lorena Gutiérrez, Olga Cantillo e Francisco González Díaz. → *Foto - CAF*

os empresários são essenciais para superar as divisões atuais na região e promover a integração entre os países. "A integração política pode ser promovida por nós, líderes do setor privado, pensando no interesse público e social", afirmou.

Três sessões distintas abordaram grandes linhas estratégicas que refletem os desafios e compromissos que os empresários consideram essenciais para consolidar o desenvolvimento da América Latina e Caribe.

DIÁLOGO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Os empresários enfatizaram a importância do setor privado na defesa da democracia no mundo atual e destacaram sua disposição em trabalhar de mãos dadas com o Estado, o que fortalece a geração de empregos, o capital social e a sustentabilidade.

Carrillo lembrou que "o setor privado gera dignidade nas pessoas. Criamos riqueza, reinvestimos 100% dos lucros no lugar de onde somos originários e possibilitamos o desenvolvimento. Por isso é importante trabalhar com o Estado. Não é hora de Estados ausentes, mas de Estados presentes e dinâmicos que interajam com o setor privado." O advogado também ressaltou que há uma crise global de diálogo, na qual a iniciativa privada pode manter a democracia à tona ao evitar os extremos políticos de um "Estado opressor ou de privatização selvagem".

Narciso Casado, secretário permanente do Conselho de Empresários Ibero-Americanos, propôs como solução, em tempos de divisão política, a importância do diálogo social. Citou o exemplo da Espanha, onde foram estabelecidos diálogos tripartites entre governos, sindicatos e empresas para alcançar consensos sociais. "Entendemos que o diálogo e a ação são fundamentais. Graças a isso alcançamos a paz social." Lembrou ainda que o Chile conseguiu avançar na reforma previdenciária ao sentar-se à mesa de diálogo com os opositores –uma estratégia empresarial que rendeu dividendos políticos.

Na sessão liderada por Ricardo Ávila, analista sênior do jornal El Tiempo, Fabián Castillo, presidente da Federação de Comércio e Indústria de Buenos Aires, destacou a relevância de "sermos protagonistas, e não coadjuvantes. A América Latina já percorreu o caminho do sofrimento; agora é hora do conhecimento, e a gestão conjunta público-privada é a única saída para avançar".

No mesmo sentido, Alfredo Gutiérrez, presidente da Confederação Argentina da Média Empresa, que representa 70% da força de trabalho registrada no país, ressaltou a importância de retomar o diálogo para conter a "agressão pública". Segundo ele, as entidades empresariais e os sindicatos se sentam para negociar em sistemas paritários. "Está cada vez mais claro que devemos construir juntos um diálogo social se queremos uma política produtiva."

INVESTIMENTO EM SAÚDE E TECNOLOGIA

Rolf Hoenger, executivo da Pharma para a região, destacou que a saúde é uma das maiores áreas de investimento ainda pendentes. "Um dólar investido no setor pode gerar um retorno de quatro dólares. A Organização Mundial da Saúde reco-

Os empresários destacaram o papel do setor privado na geração de empregos e de condições de vida dignas para os trabalhadores e suas famílias. Os painelistas falaram sobre a importância de encontrar, em cada país, um Estado presente, dinâmico e que interaja com o setor privado para levar desenvolvimento efetivo à população. → *Fotos - Ceet*





menda um investimento público de 6% em saúde. Na América Latina, poucos países atingem 4,5%, o que representa apenas a metade do que investem os países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Se aumentarmos a detecção precoce de doenças, o impacto sobre o PIB regional será direto e positivo."

Hoenger enfatizou que o uso da tecnologia –como a telemedicina ou a aplicação de Inteligência Artificial (IA) em diagnósticos– pode melhorar significativamente a eficiência dos sistemas de saúde. Francisco González Díaz, presidente do Comitê Empresarial México-Panamá, sugeriu fortalecer acordos entre governo, setor empresarial e academia para identificar as vocações naturais da América Latina e apropriar-se da inovação e da tecnologia.

Olga Cantillo, presidente executiva da Latinex, observou que estamos prestes a deixar de ser a última força de trabalho completamente humana e que, em vez de temor, isso deve ser visto como uma oportunidade a ser abordada com estratégias adequadas. Carrillo acrescentou que as atividades repetitivas serão substituídas, mas que isso exigirá a criação de novos postos de trabalho alinhados com as novas dinâmicas. Nesse sentido, Casado destacou a importância de "apostar na formação e na ação, construindo uma ponte entre empresas e universidades que seja aplicada a níveis mais elevados."

INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

Investir na educação da mulher gera maior retorno econômico do que investir nos homens, segundo Hoenger, que afirmou que, embora no setor de saúde 75% das profissionais sejam mulheres, elas também são as mais afetadas pelas doenças. "De cada 100 mulheres que morrem de câncer de mama, 40 crianças ficam órfãs. O investimento de cada dólar na mulher é mais rentável em termos econômicos." Segundo o painelista, até 2040, fechar a lacuna na saúde da mulher poderia gerar um trilhão de dólares adicionais no PIB global.

Casado, por sua vez, lembrou que existem programas como o Chicas Imparables, que incentivam adolescentes a se tornarem empreendedoras. Gutiérrez destacou que, na Argentina, os acordos coletivos de trabalho já não fazem distinções de gênero. A cada dia, as empresas promovem mais inclusão e integram a sustentabilidade como parte essencial de suas estruturas.

"Já não se trata apenas de sustentabilidade ambiental, mas também de sustentabilidade social, que defende os direitos sociais e abrange o digital e o democrático", acrescentou Carrillo.

INTEGRAÇÃO REGIONAL E ESTRATÉGIA COMUM

Um ponto em que todos concordaram foi a importância de promover a integração regional e construir uma estratégia comum para posicionar a América Latina e o Caribe no cenário global.

Bruce Mac Master, presidente da Andi, destacou a necessidade de a América Latina ter "uma estratégia própria para saber para onde vamos. O grande desafio é produzir um consenso hemisférico para gerar prosperidade e convencer os Estados Unidos de que essa prosperidade na região ajudará a resolver seu problema com a migração. Gerar prosperidade passa por oferecer oportunidades para que a região produza bens a serem vendidos nesse mercado. Para isso, o desafio da integração latino-americana é fundamental."

Susana Jiménez Schuster, presidente da Confederação da Produção e do Comércio, criticou a falta de uma estratégia clara da região frente aos blocos globais, mas apontou que os empresários podem impulsionar esse processo. Ressaltou que "o papel do setor privado é fundamental: representa 80% do crescimento, 80% do emprego e 40% da arrecadação. Em um ambiente que nos devolva a estabilidade macroeconômica, os benefícios serão ainda maiores."

Mac Master insistiu na necessidade de desenhar estratégias com vistas a um mundo dividido em grandes blocos de alianças, sem esperar por mudanças externas. "Façamos parte da dinâmica, e não o jogador que espera ser chamado." Na mesma linha, María Lorena Gutiérrez, presidente do Grupo Aval, fez um apelo para continuar investindo e deixar de lado a incerteza. "Para que o desenvolvimento continue, é preciso defender a multilateralidade e evitar o protecionismo, que prejudica as economias."



Houve consenso sobre a necessidade de dar um novo impulso à integração regional, a fim de fortalecer a América Latina e o Caribe no contexto global. Imagem da primeira sessão. → *Foto - CAF*

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Os empresários presentes deixaram claro que a produtividade e o crescimento devem levar, mais do que nunca, ao desenvolvimento social. Juan Santiago ressaltou que é urgente uma mudança de paradigma: medir o crescimento pela qualidade de vida, e não apenas pelo PIB. Carrillo mencionou que os extremos do mundo atual esmagam as instituições públicas, por um lado, e as privadas, por outro — além de ignorarem a sociedade civil. "A empresa do futuro será social ou não será. O crescimento precisa ser inclusivo", afirmou. Gutiérrez acrescentou que, sem desenvolvimento, o crescimento é impossível.

Diante desse cenário, Juan Santiago lançou uma pergunta: "O que significa crescer hoje? Em 2015, os ODS propunham o fim da pobreza. Naquele ano, a Argentina tinha um índice de pobreza de 29,9%. Hoje está em 52%. Precisamos mudar os paradigmas. A tecnologia está mudando o mundo, mas não está geolocalizando suas soluções na América Latina. É hora de unir nossos recursos." Ao encerrar, Ricardo Ávila lembrou que "os empresários fazem parte da solução" e os convidou a continuar contribuindo para uma região com vocação para o desenvolvimento.

4

DÓLARES. ESSE É O RETORNO GERADO POR CADA DÓLAR INVESTIDO NO SETOR DE SAÚDE. O DADO FOI DESTACADO POR ROLF HOENGER, EXECUTIVO DA PHARMA PARA A REGIÃO

Por Equipe editorial
@AgendaCAF



‘Govtech’ centrado nos cidadãos

A transformação digital oferece eficiência e transparência aos governos e poder à cidadania. O CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe – está desenvolvendo planos com os setores público e privado da região para impulsioná-la.

A tecnologia digital é uma ferramenta para melhorar a relação entre cidadãos e governos. → *Foto - IStock*

Nos últimos anos, a América Latina e o Caribe avançaram em seu processo de transformação digital, buscando governos de diferentes níveis mais eficientes e transparentes, melhorando a relação cotidiana entre estes e os cidadãos e, de forma geral, resolvendo questões públicas.

Houve avanços em áreas como a digitalização de serviços e a simplificação de trâmites, assim como na melhoria dos esquemas de proteção e privacidade dos dados, e na criação de normas sobre cibersegurança.

No entanto, “ainda há muito espaço para melhorar”, afirmou Mauricio Agudelo, diretor de Desenvolvimento Digital do CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe –, que tem em sua agenda o impulso ao “govtech”.

Esse termo se refere ao “ecossistema em que os governos colaboram com start-ups, scale-ups e MPMEs, que utilizam inteligência de dados, tecnologias

digitais e metodologias inovadoras para oferecer produtos e serviços que solucionam desafios públicos".

Em essência, trata-se de desenvolver um novo tipo de parceria público-privada para a inovação no setor público. Nesse aspecto, a região ainda não está no nível dos países desenvolvidos, "mas, em média, apresenta um indicador que poderia estar acima da média", destacou Agudelo.

A adoção de tecnologias por parte dos governos ou entidades públicas e, por sua vez, o apoio à aceleração de start-ups que oferecem esses serviços tecnológicos para que possam realizar controles e um melhor monitoramento das compras públicas, por exemplo, facilitam objetivos como a redução da corrupção e o aumento da transparência.

"O uso de tecnologias como a Inteligência Artificial e as cadeias de blocos (blockchain) facilita, entre outras coisas, a identificação digital dos cidadãos para avançar rumo a uma sociedade digital", explicou Agudelo.

As ações do CAF nesse campo têm duas frentes: uma é a injeção de capital nas start-ups para fortalecê-las. A outra é o acompanhamento aos governos no desenho de políticas públicas e diretrizes.

Nos últimos seis anos, o CAF investiu cerca de 2,7 bilhões de dólares na transformação digital da região, com o objetivo expresso de promover a modernização e a inovação digital dos governos para que estes sejam mais ágeis na entrega de serviços aos cidadãos, além de mais abertos e transparentes em seus processos de contratação.

Nas palavras de Agudelo, fortalecer esses ecossistemas gera ganhos duplos: para os cidadãos e para o setor público. As empresas tecnológicas são as que tornam possível esse vínculo por meio de funções digitais ou tecnológicas.

Contra a corrupção

Um dos desafios assumidos pelo CAF é o programa Corrupção Zero, voltado ao fortalecimento de empresas que ofereçam soluções para que os governos sejam mais transparentes em seus processos de contratação e desenvolvam mecanismos de abertura de dados que se traduzam em melhor serviço para os cidadãos.

A MuniDigital, da Argentina, é uma dessas start-ups que o CAF apoia em seu processo de aceleração e mentoria, e faz parte do programa Corrupção Zero. Esta empresa, como outras, está utilizando tecnologia de IA para detectar, por meio de algoritmos, casos de corrupção em compras públicas, processos de contratação ou licitações públicas.

"No CAF acreditamos que o ambiente govtech, a transformação digital e a digitalização devem estar centrados no cidadão", afirmou Agudelo.

O banco promove, por exemplo, ecossistemas descentralizados e autossoberanos de identidade digital, para que o cidadão seja, de fato, o dono de seus dados. "A melhor forma de conseguir isso é por meio de uma identidade digital que não esteja centralizada em nuvens públicas ou privadas, pois, se um governo sofrer um ataque de segurança, os dados dos cidadãos ficariam vulneráveis", explicou.

Índice com três pilares

Por outro lado, o CAF, em parceria com a Oxford Insights, desenvolveu o Índice Govtech 2024 para a região. Nele, foram avaliados 30 indicadores agrupados em três pilares: inovação, governança e colaboração.

> "No CAF, acreditamos que o ambiente govtech, a transformação digital e a digitalização devem estar centrados no cidadão."

A inovação diz respeito à capacidade dos governos de facilitar e promover ideias inovadoras e o florescimento de start-ups para que possam resolver gargalos ou problemáticas identificadas. A governança refere-se à criação de políticas públicas que impulsionem a qualidade dos dados e que possibilitem seu processamento e armazenamento. Já a colaboração se refere à relação entre o setor público, o setor privado, a academia e a cidadania.

Nos âmbitos de governança e colaboração, destacam-se países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Costa Rica. Por exemplo, no Brasil existe o BrazilLab, um ecossistema impulsionado pela sociedade civil, no qual são realizadas chamadas para encontrar soluções para os principais desafios do governo em matéria tecnológica, envolvendo governo, empresas e cidadãos.

Há também o caso da Os City, uma empresa mexicano-argentina que utiliza tecnologias de blockchain para agilizar processos de atendimento e resposta ao cidadão, como identidade digital, carteiras digitais, certificados digitais e registros biométricos, entre outros, garantindo segurança, eficiência e confiança.

"No entanto, ainda há uma grande oportunidade de melhoria na inovação, especialmente na parte de investimentos públicos e nos fundos destinados a alavancar esses ecossistemas", disse Agudelo. Para ele, é necessário desenvolver arenas regulatórias que permitam testar possíveis soluções em ambientes controlados, para verificar sua efetividade antes de implementá-las em cidades e regiões.

"Existe um enorme desafio nos modelos de contratação pública. Estamos trabalhando em três países (Brasil, Paraguai e Chile) para melhorar os processos de compras públicas com novos padrões, por meio do que se conhece como open contracting partnership", destacou Agudelo.

Por Equipe editorial
@AgendaCAF

Os desafios do desenvolvimento do Caribe

Todos os anos, os países caribenhos enfrentam a ameaça de desastres naturais, que afetam a disponibilidade de recursos para o crescimento econômico e social, além de sofrerem os impactos de crises internacionais que atingem mercados como o do petróleo.



Stacy Richards-Kennedy, gerente do CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe – para a região. → *Foto - CAF*

No imaginário global, as ilhas do Caribe são sinônimo de areia branca, águas turquesa, beleza natural com vegetação exuberante, vulcões e cachoeiras, cultura e história vibrantes. Também remetem a hotéis de luxo, gastronomia exótica, música e diversão.

Essa visão paradisíaca tem muito de realidade, mas essas ilhas e outros países pequenos com litoral caribenho enfrentam frequentemente enormes desafios para avançar em seu desenvolvimento e proporcionar bem-estar à sua população.

Entre eles há muitas diferenças, começando pelo tamanho populacional. Há países com 50.000 ou 70.000 habitantes. Outros como Suriname, Belize e Guiana (na área continental), e São Vicente e Granadinas, Granada, Antígua e Barbuda, Barbados e Santa Lúcia, contam entre 100.000 e 800.000 habitantes. Trinidad e Tobago chega a um milhão e meio, e a Jamaica, a três milhões, enquanto Haiti e República Dominicana somam cerca de 24 milhões de pessoas.

No ranking do Produto Interno Bruto (PIB) da região, o primeiro chega a quase 128 bilhões de dólares, mas o décimo não ultrapassa os 1,1 bilhão. Para a maioria desses territórios, o turismo é fundamental: gera receitas importantes e empregos, mas outras atividades também são desenvolvidas, criando oportunidades comerciais e ambientes favoráveis aos investidores.

Entretanto, as ilhas, especialmente, enfrentam frequentemente situações críticas que ameaçam seu progresso. Primeiro, por causa dos furacões, tempestades e ameaças das mudanças climáticas. E, segundo, pelas crises internacionais que geralmente afetam as economias altamente dependentes de recursos externos.

"Há muitos fatores a serem compreendidos, pois, para as estatísticas, por exemplo, as Bahamas aparecem como um país de alta renda, mas isso não é real. Isso não reflete o nível de necessidades e de financiamento para o desenvolvimento de uma infraestrutura mais resiliente e para diversificar e fortalecer a economia", explica Stacy Richards-Kennedy, gerente regional para o Caribe do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe.

Cada território tem sua própria identidade, mas todos enfrentam realidades comuns em que as palavras risco, crise e vulnerabilidade são frequentes. Cada choque internacional impacta diretamente a economia e o desenvolvimento interno desses países; cada furacão ou aumento do nível do mar ameaça a infraestrutura e afeta a agricultura da região, sem mencionar os efeitos sobre a biodiversidade.

"Ano após ano, há um retrocesso no desenvolvimento devido ao impacto dos desastres naturais, o que aumenta a pressão sobre os governos quanto à disponibilidade de recursos em seu PIB para melhorar o desenvolvimento de seus países", alerta Richards-Kennedy.



Todos os anos, há retrocessos no desenvolvimento de alguns países do Caribe devido ao impacto dos desastres naturais. → *Foto - CAF*

COLÔMBIA, ANFITRIÃO DA CÚPULA DO CARIBE

Mais de 25 países do Grande Caribe se reuniram no final de maio na Colômbia para a 10.ª Cúpula de Chefes de Estado da Associação de Estados do Caribe (AEC) e a III Cúpula Ministerial Colômbia-Caricom "Desenvolvimento Sustentável e Mudança Climática".

Ao final do encontro da AEC, os delegados dos países emitiram a Declaração de Montería, na qual reafirmaram o compromisso com a cooperação como um instrumento essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável do Grande Caribe, o cumprimento da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O documento destacou a importância das alianças estratégicas multissetoriais e multiníveis para alcançar uma cooperação para o desenvolvimento sustentável que seja eficiente e mutuamente benéfica para todos os países.

Na III Cúpula Caricom, a Colômbia, atualmente país observador, solicitou seu ingresso na organização de países do Caribe como membro.

Os países do Caribe não contribuem com mais de 1% das emissões de gases de efeito estufa que causam o aquecimento global, mas são 100% vítimas dos riscos das mudanças climáticas. Furacões como Irma, Maria e Dorian devastaram diversas ilhas e economias insulares, demonstrando que a crise climática é uma realidade.

Há países como Trinidad e Tobago, Guiana e Suriname cujas economias são baseadas em energia e dependem da exportação de petróleo ou gás natural. Com frequência, enfrentam oscilações nos preços internacionais do petróleo causadas por tensões geopolíticas ou econômicas que impactam os mercados de energia.

O CAF –Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe– conta entre seus acionistas com Bahamas, Barbados, Jamaica, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Dominica, Granada e Antígua e Barbuda, e tem avançado em pesquisas e projetos fundamentais para a região, em áreas como segurança hídrica, economia azul, resiliência climática, proteção da biodiversidade e desenvolvimento urbano, tecnologias sustentáveis e governança.

Uma das iniciativas de destaque se concentra no uso sustentável do sargaço, alga marinha que, ao se acumular nas praias, causa forte impacto ambiental e econômico.

O estudo sobre segurança hídrica, por exemplo, mostrou que vários países sofrem escassez significativa de água e outros enfrentam escassez absoluta. Muitos estão perdendo quase metade da água disponível devido a infraestruturas obsoletas e ineficientes, e a cobertura de esgoto sanitário é, em média, de apenas 11%. Não são poucos os países que carecem de tratamento adequado das águas residuais, que acabam sendo despejadas diretamente no mar.

Assim, os desafios do universo caribenho são múltiplos e exigem a intervenção de diversos atores em muitos frentes críticas.

Por Equipe editorial
@AgendaCAF

Turismo, alternativa econômica para os povos indígenas

O CAF e a ONU Turismo lançaram o "Desafio de Turismo Indígena da América Latina e do Caribe", para incentivar as comunidades nativas a se organizarem e transformarem essa atividade em um motor de transformação de sua realidade.



No próximo 9 de agosto, celebra-se o Dia Internacional dos Povos Indígenas. E como uma homenagem às cerca de 860 comunidades indígenas da América Latina e do Caribe (ALC), justamente nesse dia, o CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe – e a ONU Turismo anunciarão os vencedores do "Desafio de Turismo Indígena", lançado durante o I Fórum Econômico Internacional da América Latina e do Caribe, realizado na Cidade do Panamá em janeiro passado.

Um número significativo de empreendedores da indústria turística, principalmente de povos indígenas da região, aceitou esse desafio que tem como base a inovação social e a aplicação de novas tecnologias aos produtos turísticos que seriam oferecidos como alternativas nesse campo, o qual especialistas consideram uma grande oportunidade para acelerar o crescimento da região.

"O maior valor da indústria do turismo é o conhecimento e a experiência. Não é o mesmo tirar uma foto com um cafeicultor, com a paisagem da plantação ao fundo, do que viver a experiência de participar do plantio, da colheita, do processamento do café e tomar uma xícara preparada por si mesmo. Há uma grande diferença e é nisso que queremos apostar", disse Óscar Rueda, diretor de Turismo do CAF, ao refletir sobre o que essa indús-

Indígena Wayúu na Alta Guajira, zona de turismo em desenvolvimento.
Foto - Vanexa Romero / Ceet

tria representa para a região e como seu fortalecimento poderia posicioná-la como a do turismo social por excelência.

"Quando fazemos turismo na Europa, por exemplo, o que nos oferecem são ruínas; aqui temos culturas vivas e, ao compartilhar os saberes, as tradições, a gastronomia e as artes de nossas comunidades indígenas, estamos proporcionando ao turista uma experiência memorável. Isso pode representar para nós uma grande fonte de desenvolvimento econômico", acrescentou o diretor do CAF.

No ano passado, o turismo mundial continuou sua trajetória de recuperação após a pandemia e, no caso da ALC, superou em 2% o crescimento registrado em 2019, o ano anterior à emergência global. Com um setor em plena ascensão, surge uma grande oportunidade para desenvolver o turismo social e comunitário (que inclui o turismo indígena ou ancestral), para o qual estão previstas inversões de até 2 bilhões de dólares entre 2025 e 2032, segundo Natalia Bayona, diretora executiva da ONU Turismo. A taxa de crescimento desse segmento é de 14%.

Motor de transformação

Hoje, 43% das comunidades indígenas vivem na pobreza. Por isso, considera-se que o turismo organizado pode ser um grande motor de transformação dessa realidade, sem colocar em risco suas culturas nem seus ecossistemas.

A expectativa é que as iniciativas participantes do desafio rompam fronteiras com propostas integradas que vão do México até a Patagônia, partindo de uma consigna clara: "Unirmo-nos em meio à grande diversidade cultural que possuímos", como destacou Gustavo Santos, representante da ONU Turismo na região. A isso se soma o vínculo indissociável entre os povos indígenas e os recursos naturais de seus territórios. Tal aliança abre espaço para a criação de pacotes turísticos altamente atrativos para visitantes estrangeiros.

A comarca Guna Yala, no Panamá, é um exemplo de turismo indígena bem-sucedido. "Criamos códigos de conduta para os turistas e passamos a integrar a Rede de Turismo Indígena das Américas (Itca, na sigla em inglês). Somos um livro aberto e podemos compartilhar esse aprendizado com nossos irmãos do restante da América Latina e do Caribe", disse Sobi Guili, líder da comunidade e da Rede de Turismo Indígena do Panamá.

No país, 61% dos empregos gerados pelo turismo indígena são ocupados por mulheres. "Esse é um dos grandes valores da indústria do turismo: ela emprega majoritariamente o gênero feminino", ressaltou Natalia Bayona.

Outro valor importante é o da proteção da natureza. "Na Colômbia, 34% das áreas protegidas (devido à sua biodiversidade) são cuidadas por comunidades indígenas", destacou Guna Chaparro, liderança da comunidade arhuaca da Serra Nevada de Santa Marta.

O comunicado de lançamento do desafio resumiu o que pode ser chamado de "círculo virtuoso" do turismo indígena: "Permite que as comunidades valorizem e revitalizem sua cultura por meio de experiências turísticas autênticas; possibilita que os viajantes conheçam os povos originários, vivenciando de perto suas tradições, costumes e saberes ancestrais. Por meio dessa modalidade, as comunidades indígenas promovem sua autonomia, o desenvolvimento sustentável e o turismo responsável."



43% das comunidades indígenas vivem em situação de pobreza, e o turismo pode ser uma boa fonte de renda para elas.
Foto - Gustavo Leighton / Unsplash

O QUE O DESAFIO OFERECE

Os vencedores do Desafio de Turismo Indígena da ALC receberão prêmios que lhes permitirão impulsionar seus empreendimentos muito além das fronteiras de seus países e alcançar, assim, um crescimento acelerado:

- **10.000 dólares** de capital semente para investir no projeto, por parte do CAF
- **Reconhecimento** por parte da ONU Turismo
- **Autorização** para usar o logotipo da "marca região" junto com o da "marca país"
- **Mentorias** e assessoria por especialistas
- **Acesso** à Rede de Inovação da ONU Turismo
- **Oportunidades** de bolsas de estudo na UN Tourism Online Academy

Por Equipe editorial
@AgendaCAF

Maternidade precoce

O ALTO CUSTO DE PERDER OPORTUNIDADES E SONHOS



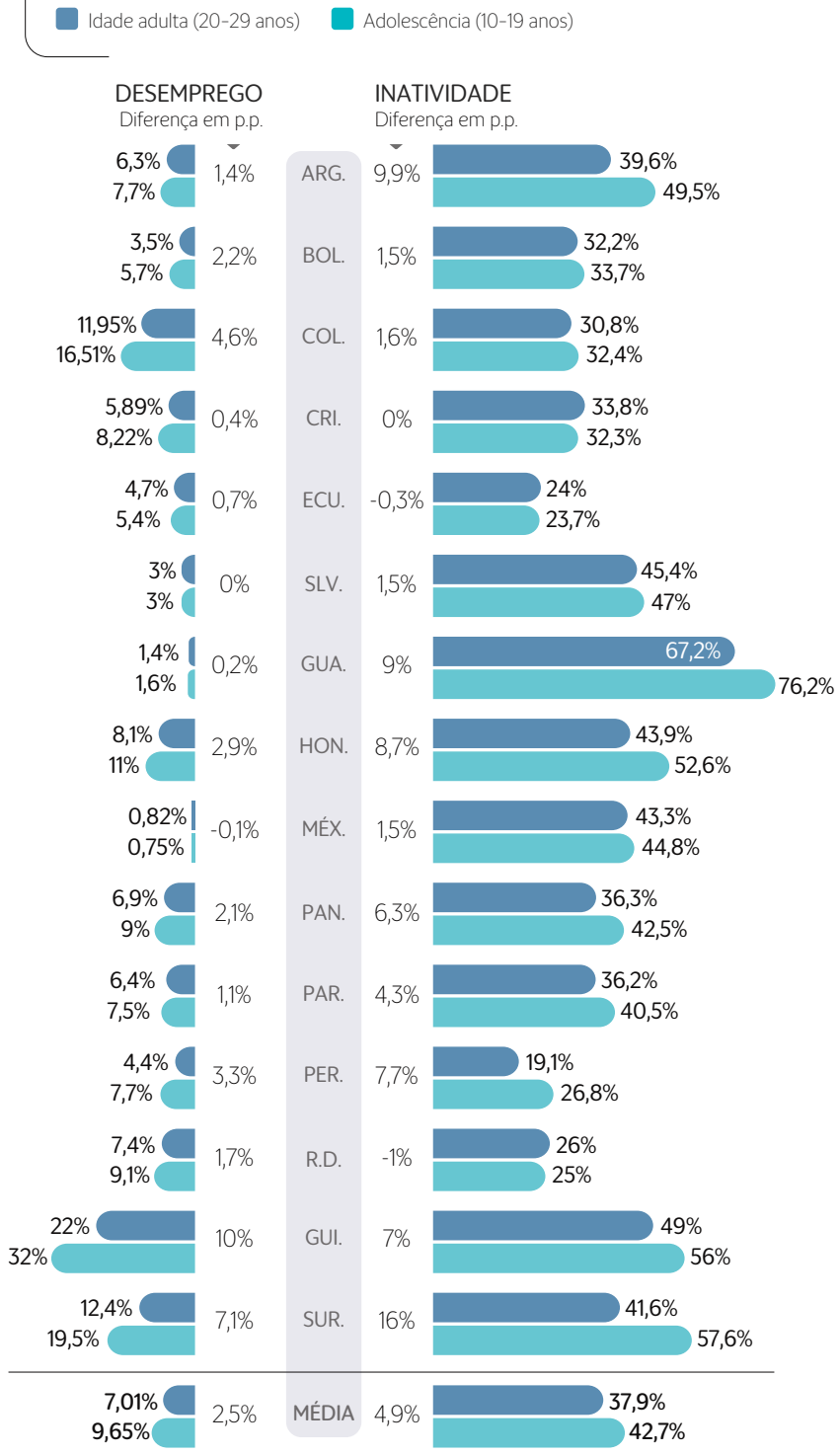
A gravidez precoce continua sendo um problema oneroso na região. No entanto, o estudo destaca a queda significativa de casos nos últimos anos. → *Foto - iStock.*

Um estudo do Fundo de População da ONU revela o forte impacto das gestações na adolescência sobre o desenvolvimento socioeconômico da região e na perpetuação da pobreza e da desigualdade. No entanto, esse cenário pode ser revertido com investimentos em prevenção e trabalho com a população jovem.

Taxas de inatividade e de desemprego das mulheres segundo a idade em que se tornaram mães

Diferença expressa em pontos percentuais (p.p.)

Fonte: UNFPA. O preço da desigualdade: consequências socioeconômicas da gravidez na adolescência e da maternidade precoce na América Latina e no Caribe.



Karen Dayana* era uma das melhores alunas da sua turma em uma escola de Buenaventura – no Pacífico colombiano. Ela esperava terminar o ensino médio aos 17 anos e ingressar imediatamente na universidade para estudar Psicologia, com a previsão de se formar aos 23 anos. No entanto, engravidou e deu à luz sua primeira filha aos 15 anos. Esse acontecimento difícil a impediu de cumprir seu plano, que foi adiado por quase três anos, período durante o qual precisou se dedicar aos cuidados da filha, contando felizmente com o apoio dos pais e de algumas fundações.

Esse fato, que à primeira vista poderia parecer apenas um caso isolado, somado aos 1,6 milhão de casos de gravidez registrados anualmente na América Latina e no Caribe (ALC) entre meninas e adolescentes de 10 a 19 anos, produz um impacto extremamente negativo no desenvolvimento econômico e social dos países da região. E embora o número de nascimentos nessa faixa etária tenha diminuído substancialmente na última década, a ALC continua ocupando o segundo lugar no mundo em número de gestações na adolescência, atrás apenas da África Subsaariana.

Esses números não representariam mais do que um "problema de juventude" se não fosse pelo fato de que, a cada ano, os casos desse tipo se traduzem em um alarmante custo de oportunidade de 15,3 bilhões de dólares para a região entre 2010 e 2024. Esse impacto não apenas pesa sobre o desenvolvimento econômico e social dos países, como também atrasa o alcance da igualdade e da equidade –duas variáveis essenciais para o crescimento adequado da sociedade. Na prática, a cifra representa, em média, 1% do PIB total de cada país, embora em territórios como Panamá e Suriname chegue a 3%.

Esses dados fazem parte do estudo O preço da desigualdade: conse-

MEDIDAS QUE MOSTRARAM EFETIVIDADE

▸ **Desenvolver estratégias nacionais e locais** para a redução da gravidez na adolescência, com a participação de todos os setores e níveis do Estado e da sociedade civil.

▸**Garantir o acesso informado a serviços** de saúde sexual e reprodutiva de qualidade para toda a população, incluindo métodos contraceptivos modernos, especialmente os de longa duração.

▸**Criar leis que proíbam o casamento infantil** e as uniões precoces, como ocorreu recentemente na Colômbia com a Lei 2344 de 2025 e no Peru com a Lei 31945 de 2023.

▸**Promover a participação** e o empoderamento das adolescentes.

▸**Assegurar o acesso à educação** integral em sexualidade.

Ao implementar essas medidas e trabalhar de forma conjunta, é possível construir um futuro em que cada adolescente tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e desenvolver um projeto de vida próspero.

quências socioeconômicas da gravidez na adolescência e da maternidade precoce na América Latina e no Caribe, 2025, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês), com base em informações atualizadas de 15 países da região (ver gráfico e quadros).

Crise silenciosa

O prólogo do estudo, divulgado recentemente, alerta sobre a urgência de adotar medidas de rápida implementação para reverter a tendência: "Este documento não é apenas um relatório; é um chamado à ação e um grito de alerta sobre uma crise silenciosa que compromete o futuro da América Latina e do Caribe: a gravidez na adolescência (...). Trata-se tanto de uma causa quanto de uma consequência da desigualdade, que perpetua o ciclo da pobreza e limita as oportunidades socioeconômicas das jovens e de suas famílias", ao compará-las com aquelas que se tornaram mães na idade adulta.

Mas comecemos perguntando o que é o custo de oportunidade e por que sua medição afeta de forma tão significativa o desenvolvimento dos países. Esse indicador nada mais é do que o valor da melhor alternativa à qual se renuncia ao fazer uma escolha. Em resumo, é o custo dos benefícios que Karen Dayana perdeu ao adiar seu projeto de vida por pelo menos três anos –considerando, claro, o que teria ganhado se tivesse "escolhido" não engravidar, o que a teoria define como "a melhor opção".

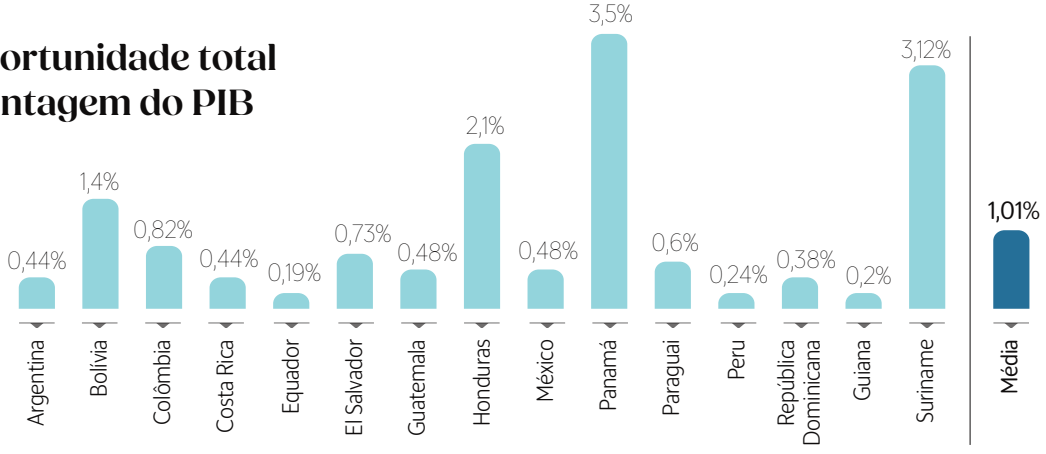
Ainda que o estudo destaque que a grande maioria das gestações precoces não foi intencional (67%), a decisão de levá-las adiante e criar filhos durante a adolescência altera de forma significativa o progresso das comunidades. Isso se deve principalmente ao fato de que a chamada taxa específica de fecundidade adolescente (TEFA) está diretamente relacionada à persistência dos índices de pobreza e, inclusive, à perpetuação do subdesenvolvimento de boa parte da população.

De acordo com o estudo do UNFPA, o custo de oportunidade para os Estados chega a 1,8 bilhão de dólares (0,13% do PIB combinado dos 15 países analisados) e, desse total, o Estado registra uma perda fiscal próxima de 1 bilhão de dólares em razão da maternidade precoce.

O UNFPA também destaca em seu relatório que o maior impacto dessa problemática recai sobre as mulheres e seu entorno, com 88,2% do custo total estimado, já que elas alcançam níveis educacionais mais baixos e ingressam no mercado de trabalho com menos chances de acesso a empregos melhores. Isso perpetua o ciclo da pobreza e representa uma "clara expressão de desigualdade e das lacunas de gênero".

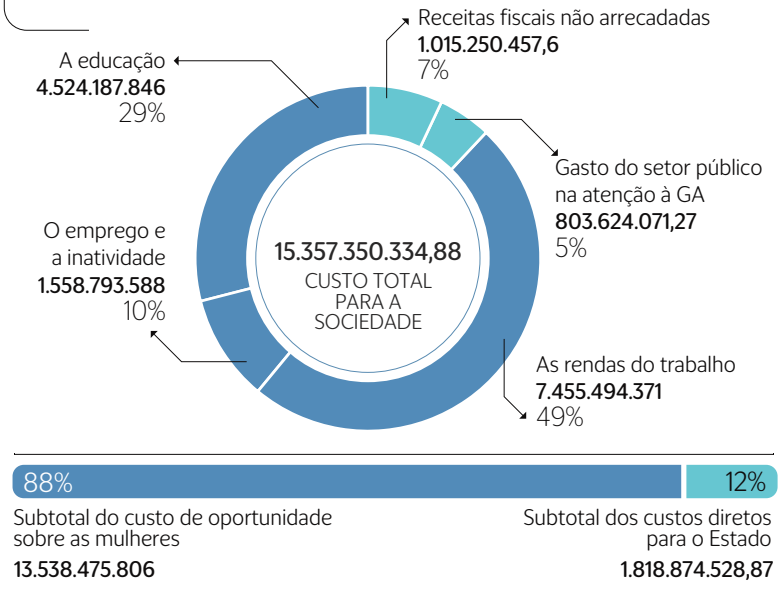
Por outro lado, a mortalidade materna associada aos maiores riscos da gestação e do parto na adolescên-

Custo de oportunidade total como porcentagem do PIB



Custo total da gravidez na adolescência e da maternidade precoce em 15 países da América Latina e do Caribe, em dólares*

Custo da GA e da MP para a sociedade, por categoria.
*Dólares norte-americanos.



Subtotal do custo de oportunidade sobre as mulheres
13.538.475.806

Subtotal dos custos diretos para o Estado
1.818.874.528,87

cia resulta, a cada ano, na perda de 28.607 anos de vida potencial.

No que diz respeito à relação direta entre a TEFA e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dentro dos países, observou-se que as regiões com menor IDH apresentam uma TEFA duas vezes maior do que as regiões com IDH mais elevado.

Além disso, adolescentes afrodescendentes têm 50% mais chances de se tornarem mães do que suas pares não afrodescendentes. Os dados apresentados evidenciam a necessidade urgente de priorizar a redução da gravidez na adolescência, com foco nas populações em situação de maior vulnerabilidade.

Os números refletem uma realidade difícil para muitas adolescentes. Uma mãe adolescente tem menos oportunidades de se desenvolver e de oferecer melhores condições de vida a seus filhos e filhas e, pior ainda, geralmente vê seus sonhos profissionais ou pessoais frustrados.

Sim, houve redução, mas ainda há muito a fazer

Apesar disso, o macroestudo destaca a redução significativa das gestações na adolescência no continente nos últimos anos. Segundo estimativas das Nações Unidas, entre 2010 e 2024 houve uma diminuição notável da TEFA, tanto na faixa etária de 15 a 19 anos quanto na de 10 a 14 anos: esta passou de 73,1 para 50,6 e de 3,6 para 2,3, respectivamente, durante esse período.

"Entre 2020 e 2024 foi constatada uma desaceleração na redução da TEFA (cerca de 8% para ambos os grupos etários), em comparação com o quinquênio anterior (cerca de 18%), devido, entre outras razões, ao impacto da pandemia. Essa redução ocorreu de maneira desigual entre os países. Em 2024, 13 países da região apresentavam uma TEFA superior à média regional (50,6) e 20 superior à média mundial (41)", especifica o estudo em seu relatório oficial.

Prevenir é avançar

Os dados apresentados no relatório mostram que a prevenção da gravidez na adolescência permitirá potencializar o bônus demográfico e o bônus de gênero, ambos fundamentais para o crescimento econômico dos países.

Embora existam diversos exemplos de programas regionais bem-sucedidos de prevenção e educação, o estudo conclui que é urgente intensificar essas iniciativas para alcançar uma meta ambiciosa de redução de gestações precoces ou na adolescência, e destaca a necessidade de que essas ações sejam lideradas em conjunto por governos, ONGs especializadas e a sociedade civil, especialmente os jovens. Do mesmo modo, tais estratégias, como indicado no relatório, devem priorizar a abordagem em saúde pública —tanto ginecológica quanto mental— e na educação.

"Investir na prevenção da gravidez na adolescência é uma boa política econômica e de investimento, já que se estima que é possível obter entre 15 e 40 dólares em benefícios para cada dólar investido, dependendo do país. Esses benefícios não se traduzem apenas em economias financeiras, mas também em melhorias na qualidade de vida e nas oportunidades para as adolescentes e seus filhos.

Já existem experiências bem-sucedidas na região, especialmente nas áreas mais vulneráveis dos países, que resultaram em reduções de até 50% da TEFA em um período relativamente curto, conforme registrado pelas Nações Unidas.

Esse organismo calcula que um investimento de cerca de 1,8 bilhão de dólares na América Latina e no Caribe poderia reverter essa problemática e reduzi-la a proporções mínimas, garantindo a velocidade e a qualidade democrática no desenvolvimento socioeconômico de que a região necessita.

*Exemplificação baseada em uma história real cujo nome e cidade de ocorrência foram alterados para resguardar o direito de confidencialidade da pessoa consultada.

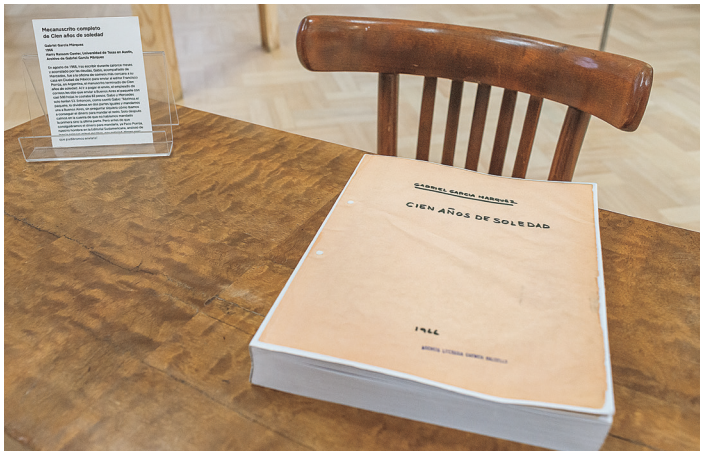
Por Equipe editorial
@AgendaCAF

‘Gabo’ em 450 objetos

Trata-se da maior e mais completa exposição sobre o Nobel colombiano, que reúne objetos do Harry Ransom Center, da Biblioteca Nacional e de outras instituições. Uma iniciativa da Fundación Gabo e do CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe – tornou possível trazer a mostra, como parte do caminho rumo ao centenário do escritor.







O dia 10 de dezembro de 1982 foi, sem dúvida, uma data marcante na história da Colômbia e também da América Latina e do Caribe como região, no século XX. Nesse dia, em Estocolmo, o escritor Gabriel García Márquez, caribenho como poucos, recebeu o Prêmio Nobel de Literatura — um reconhecimento justo e esperado para o autor de *Cem Anos de Solidão*, um dos maiores romances da literatura em espanhol de todos os tempos.

Um detalhe que tornou o momento ainda mais singular foi o fato de que 'Gabo', para receber a medalha e o diploma do Nobel das mãos do rei Carlos Gustavo, não usou o tradicional fraque, mas sim um *liquiliqui* típico dos llanos colombo-venezuelanos, que alguns também reivindicam como traje caribenho. O certo é que a roupa carregava o selo "dessa pátria imensa de homens alucinados e mulheres históricas, cuja teimosia infinita se confunde com a lenda", como o próprio autor descreveu o povo deste lado do mundo.

Quarenta e dois anos depois, e em Bogotá, a 9.600 quilômetros de Estocolmo, essa peça de roupa permanece quase intacta, suspensa na parte final da exposição *Tudo se sabe: o conto da criação de Gabo,* junto a uma garrafa de rum produzida em homenagem ao escritor e a um bastão que, em vida, o povo Wayúu, de La Guajira, lhe entregou como símbolo de reconhecimento como *palabrero,* como chamam em sua tradição o homem sábio e conhecedor da arte da conciliação.

Ao lado do traje, da bebida e do emblema guajiro, estão cerca de 450 documentos. Entre eles, livros, manuscritos de contos e romances, roteiros de filmes que revelam novos aspectos de suas criações, além de cartas pessoais, desenhos da infância e adolescência, canções, mapas, vídeos, quadros, passaportes, fotos, cartazes e até máquinas de escrever. Não falta a nota de 50.000 pesos com o rosto do escritor, e também estão presentes alguns elementos utilizados na série *Cem Anos de Solidão*, lançada pela Netflix em 2024.

Todos esses objetos que nos falam de suas realizações, mas também de seus sonhos e fracassos, estão distribuídos em sete salas, num espaço de 500 metros quadrados, na Biblioteca Nacional, no centro de Bogotá. É a maior exposição de objetos e documentos do Nobel colombiano já realizada, viabilizada pela confluência de vontades de diversas organizações nacionais e internacionais.

Ximena Gama, curadora do Programa Público da Biblioteca Nacional, explicou que a exposição teve origem no Harry Ransom Center, da Universidade do Texas, a instituição escolhida pela família para guardar os arquivos pessoais de García Márquez. Álvaro Santana, pesquisador espanhol e curador principal da mostra, organizou uma primeira temporada em Austin (Texas) em 2020, e depois no México, em 2022.

A partir daí, a Fundación Gabo quis trazê-la para a Colômbia e, então, entrou em contato com o Ministério das Culturas e com a Biblioteca Nacional para tornar esse propósito realidade.

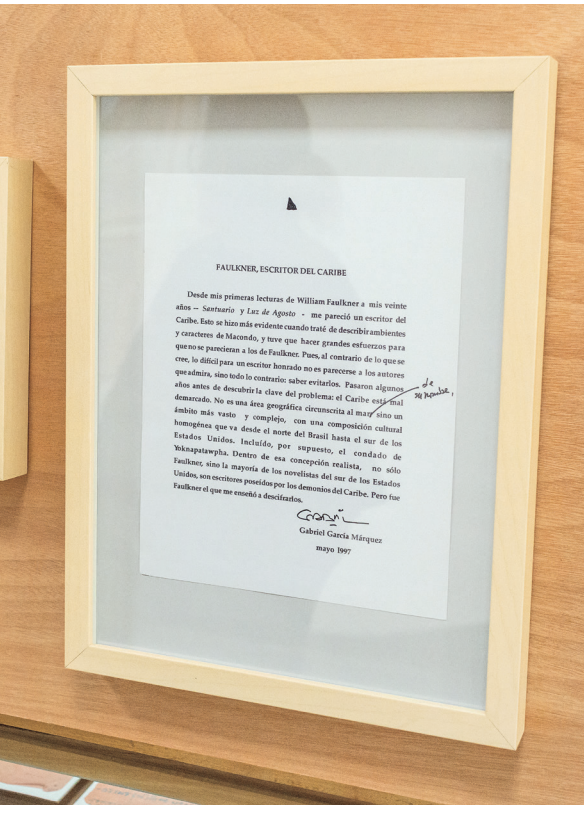
"Mas para a Biblioteca era importante que a mostra não fosse composta apenas pelos arquivos que estão nos Estados Unidos, mas que o público também pudesse ver outros elementos da memória de García Márquez", disse Gama.





Além de um óleo do escritor recebendo o prêmio e a vista geral de uma das salas da exposição, pode-se ver aqui a medalha do Nobel e a árvore genealógica de García Márquez. Também há imagens com personagens como Pablo Neruda, Carlos Fuentes, o subcomandante Marcos e Shakira. → *Fotos - Manuel Benavides*







Cima: A foto registra o momento em que García Márquez recebe os aplausos do público, após a entrega do prêmio pelo monarca sueco.

Baixo (esq.): William Faulkner foi uma grande influência para o escritor colombiano, que identificou muitos elementos caribenhos nas histórias do norte-americano.

Baixo (dir.): Em vez do fraque tradicional, García Márquez escolheu usar o *liquiliqui* da foto na cerimônia do Nobel, cuja imagem em grande formato está presente na exposição. Fotos: Manuel Benavides. → *Fotos - Manuel Benavides*

Assim, à exposição do Ransom Center foi adicionado material que representa cerca de 40% do total e que provém da Biblioteca Nacional, além de cerca de vinte coleções públicas e privadas, nacionais e internacionais. O conselho da Fundación Gabo, integrado, entre outros, por Rodrigo e Gonzalo García Barcha, firmou uma parceria com o CAF –Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe– para viabilizar a montagem da mostra.

Os itens trazidos dos Estados Unidos chegaram em uma caixa de segurança cuidadosamente escoltada e, já na Biblioteca, passaram por um processo de aclimatação e instalação nas salas, com condições específicas de iluminação e temperatura.

O que se conta

A exposição percorre as diferentes etapas da vida de 'Gabo', mas vai além do escritor para revelar seu lado humano, assim como os momentos que o país e a região viveram durante sua consolidação como autor de relevância mundial.

Os visitantes da mostra são recebidos pela árvore genealógica de Gabriel García Márquez e pelo contexto histórico de sua infância, mar-



A exposição está dividida em sete salas em uma área de 500 metros quadrados da Biblioteca Nacional. Esse espaço está decorado com trechos de livros.

cado pelo Massacre das Bananeiras –acontecimento ocorrido muito perto de sua cidade natal, Aracataca, quando 'Gabo' era ainda muito pequeno e que ele depois incorporaria em sua obra-prima.

Ivonn Revelo Bulla, coordenadora da equipe que acompanha os visitantes, conta que a esse episódio trágico corresponde a pintura "O trem da morte", de Débora Arango, emprestada pelo Museu de Arte Moderna de Medellín para dar contexto a essa parte da exposição.

Em outro setor da mostra, Revelo pergunta aos visitantes se acreditam que Macondo foi um lugar real ou fruto da imaginação de 'Gabo'. A resposta fica no ar, mas ela lança pistas: a avó Tranquilina era guajira e lhe contava histórias de fantasmas quando ele era menino, o que despertou seu gosto por ouvir, ler e contar histórias. O avô Nicolás era pensionista da Guerra dos Mil Dias e o escritor o acompanhava várias vezes para tentar receber a pensão que nunca chegava. Isso, somado a uma carta que ele mesmo esperou por muito tempo enquanto vivia na França, deu origem a *O coronel não tem quem lhe escreva.*

Na exposição, as imagens do rio Aracataca se misturam com capas de jornais que anunciam a notícia do Nobel, outras páginas impressas com histórias diversas do 'Gabo' cronista e fotografias suas com personalidades que vão de Fidel Castro à cantora barranquilheira Shakira, sobre quem escreveu uma reportagem e de quem se declarou admirador.

Também está presente sua esposa de toda a vida, Mercedes Barcha, seu apoio nos tempos de escritor desconhecido, aquela que pediu prazos para pagar o aluguel enquanto o Nobel escrevia *Cem anos de solidão* no México, e a mesma que, economizando o dinheiro, enviou a obra por partes ao editor de Buenos Aires e depois pronunciou a célebre frase: "Só falta que o romance seja ruim".

> À mostra do Ransom Center foi acrescentado material que representa o 40 por cento do total. Veio da Biblioteca Nacional e de vinte coleções públicas e privadas.

Lyda Zarabanda, uma das visitantes da mostra, afirma que a exposição reflete como a Colômbia, em meio a uma imensa diversidade, consegue pontos de identidade e Gabriel García Márquez é um deles. "O que mais gostei foi ver 'Gabo', que era costeiro, vestido com uma ruana, porque sou de Nobsa, a terra da ruana".

Seja de *liquiliqui* ou de ruana, 'Gabo' é um nome que faz parte do orgulho colombiano, latino-americano e caribenho. Por isso, a Fundación Gabo e o CAF se lançaram no programa "De 10 a 100", um conjunto de iniciativas –entre elas, a exposição– que traçam o caminho para a celebração do centenário de Gabriel García Márquez, em 2027, o que se tornará uma grande oportunidade para que as novas gerações o descubram e redescubram.

Por Equipe editorial
@AgendaCAF



Educar no sentido, legado de Francisco

No II Encontro Internacional do Sentido, convocado pela Scholas Occurrentes e pelo CAF, foi prestada uma homenagem de gratidão ao Santo Padre falecido.

O papa Francisco celebrou com palmas as frases do rapper Tostao, que animou com suas improvisações a reunião de 2024. → *Foto - CAF*

"É perigoso confundir educação com mera instrução", disse o papa Francisco. Suas palavras chegaram a um auditório formado por reitores de universidades de várias partes do mundo, personalidades da cultura, da política e da tecnologia, além de jovens líderes. Era maio de 2024 e estavam no Vaticano para participar do I Encontro Internacional do Sentido, uma iniciativa da Scholas Occurrentes –organização promovida pelo Papa desde sua época como arcebispo de Buenos Aires– e do CAF –Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe.

Na reunião, foi lançada a Universidade do Sentido, idealizada –segundo Francisco– como um convite para trabalhar com três linguagens: a da mente, a das mãos e a do coração. "Que ao educar, a pessoa pense o que sente e o que faz, sinta o que pensa e o que faz, faça o que sente e o que pensa. Se não se mover com as três linguagens, fica pelo caminho. Os três sentidos dão o sentido."

Neste encontro, os participantes não apenas deram testemunhos emocionantes e inspiradores, como também entregaram ao Papa um documento com propostas para a nova instituição.

No final de maio passado, um ano após esse encontro, e também na Santa Sé, foi inaugurado o II Encontro Internacional do Sentido, já sem a presença física do papa Francisco, falecido em abril, mas com seu espírito presente. Os diretores mundiais da Scholas Occurrentes, os educadores José María del Corral e Enrique Palmeyro, e Christian Asinelli, vice-presidente corporativo de Programação Estratégica do CAF, abriram o evento, que contou com mais de uma centena de participantes.

"Alguns me perguntaram: 'Agora que o papa Francisco morreu, a

Scholas vai continuar?'. Conto uma anedota: essa mesma pergunta fizemos pessoalmente, junto com Quique (Palmeyro), ao papa Francisco. Ele nos perguntou se acreditávamos em Deus. Respondemos que sim, meio envergonhados. Ele levou dois anos para discernir se esta obra vinha de Deus, e só então assinou o quirógrafo (documento papal)", relatou Del Corral. Enrique Palmeyro, por sua vez, disse: "A morte do papa Francisco nos entristece, mas também temos uma grande esperança que nos empurra e nos impulsiona para frente."

A Scholas Occurrentes apresentou no encontro seu plano 2030, que projeta o trabalho da organização nos cinco continentes. Isso inclui o lançamento do primeiro aplicativo global da Scholas, que reunirá 7,5 milhões de estudantes, educadores e pais; a expansão da Scholas no sudeste asiático; o fortalecimento de programas na Europa; o desenvolvimento de escolas de cinema na África e na América Latina, e a estreia de três produções cinematográficas.

"No CAF acreditamos que o desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe requer instituições sólidas e sociedades de paz. Os quatro princípios que o papa Francisco nos legou constituem uma rota fundamental para construir o futuro que queremos para a nossa região", disse Christian Asinelli. São eles: o tempo é superior ao espaço, a unidade prevalece sobre o conflito, a realidade é mais importante que a ideia e o todo é superior à parte.

Asinelli destacou que a aliança estratégica com a Scholas Occurrentes, iniciada há uma década, "demonstra que, quando unimos forças em torno de valores compartilhados, podemos gerar transformações reais". Como fruto dessa aliança, foi lançada a primeira Escola Laudato Si (2022), com 50 jovens da ALC, e foi realizado o Encontro Internacional de Cidades Ecoeducativas (2023), para fortalecer as capacidades de liderança rumo ao desenvolvimento sustentável de 40 prefeitos da região.

Após prestar uma homenagem a Francisco em seu túmulo na Basílica de Santa Maria Maior, em Roma, os participantes do encontro realizaram um exercício de reflexão sobre a enorme responsabilidade que ele lhes deixou.

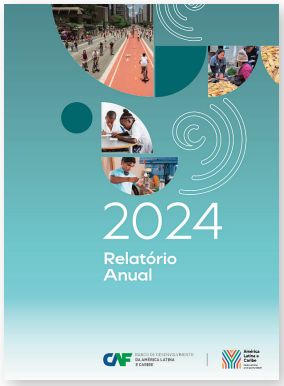


Este ano, o papa Francisco já não estava. Os jovens da Scholas Occurrentes levaram este cartaz para agradecê-lo e despedir-se dele. → *Foto - CAF*

Por Equipe editorial
@AgendaCAF

Publicações

Nesta seção, são resenhadas publicações editadas pelo CAF, assim como outras coeditadas em colaboração com diversas instituições e/ou referências. Acima, o código de acesso.



Título: Relatório Anual 2024

Autor: CAF - banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe

CONSOLIDANDO A REPUTAÇÃO

Em 2024, o CAF aprovou operações no valor de 15.856 milhões de dólares, com foco em mobilidade urbana, infraestrutura resiliente, educação e equidade de gênero para promover o desenvolvimento sustentável da região. Um marco de destaque foi a conversão de dívida por natureza em El Salvador, no valor de 1.000 milhões de dólares - a maior da história voltada para a conservação de um rio.

O banco realizou 29 emissões de títulos no valor de 6.988 milhões de dólares em 11 moedas, incluindo emissões recordes na Europa, Austrália e Reino Unido, consolidando sua reputação com classificações "AA" estáveis. Seu portfólio alcançou 34.702 milhões de dólares, com ativos no valor de 56.460 milhões e lucro líquido de 617 milhões de dólares. Além disso, a liquidez superou os 18.000 milhões, com receitas acima de 1.000 milhões de dólares pela primeira vez.

O CAF destinou 41% do financiamento a projetos verdes e 48% das operações incluíram componentes de gênero e inclusão. Também ampliou sua cobertura geográfica com a incorporação das Bahamas como novo país-membro e avançou nas negociações de adesão de outros países caribenhos.

No campo estratégico, lançou a Marca Região para posicionar a América Latina e o Caribe no cenário global e participou ativamente de fóruns internacionais como o G20 e as COP.

41%

O CAF DESTINOU 41% DO FINANCIAMENTO A PROJETOS VERDES E 48% DAS OPERAÇÕES INCLUÍRAM COMPONENTES DE GÊNERO E INCLUSÃO.



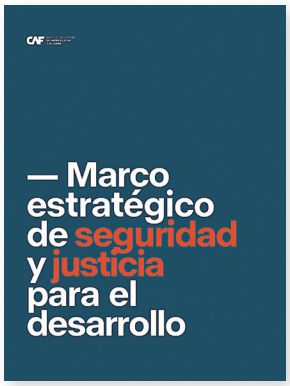
PAPEL CRESCENTE

Título: *Relatório de Economia e Desenvolvimento. Soluções próximas: o papel dos governos locais e regionais na América Latina e no Caribe*

Autores: CAF - banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe

O estudo analisa a evolução, os desafios e as oportunidades da descentralização na ALC, destacando o papel crescente dos governos locais e regionais no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A metodologia utilizou censos e pesquisas para construir indicadores demográficos, fiscais e de desempenho, identificando que, no final de 2024, a região contava com mais de 18.000 governos locais e 262 regionais. Entre as descobertas, destacam-se a heterogeneidade territorial, grandes lacunas em capacidades fiscais e humanas, e baixa autonomia fiscal subnacional. Embora tenham sido ampliadas as competências em educação, saúde e transporte, persiste uma fraca coordenação entre jurisdições e uma limitada profissionalização do serviço público.

O relatório recomenda o fortalecimento das capacidades estatais subnacionais para melhorar a qualidade dos serviços e reduzir desigualdades. Também sugere investimentos em capacitação burocrática, governança fiscal, digitalização e mecanismos de cooperação metropolitana. O CAF propõe uma agenda de apoio a esses processos, com ênfase em inovação institucional, sustentabilidade e equidade territorial.



ESTRATÉGIA PARA UMA CRISE

Título: *Marco estratégico de segurança e justiça para o desenvolvimento*

Autores: Lea Giménez, Carlos Charme, Lucía Dammert, Jorge Srur, Juan Carlos Pinzón

O *Marco Estratégico de Segurança e Justiça para o Desenvolvimento* do CAF analisa como o crime, a violência e o crime organizado transnacional (COT) limitam o desenvolvimento sustentável e inclusivo na América Latina e no Caribe (ALC). O documento propõe uma estratégia multidimensional, multinível e em rede, alinhada com tratados internacionais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O estudo diagnostica uma crise multissistêmica na região: 9 das 10 cidades mais violentas do mundo estão na ALC; 1 em cada 3 mulheres sofre violência sexual; e 50% dos homicídios estão ligados ao COT. Também há alertas sobre o crescimento do cibercrime e a baixa confiança dos cidadãos nas instituições de segurança. Entre as recomendações destacam-se: fortalecer as capacidades institucionais locais e nacionais; integrar políticas públicas de prevenção, desenvolvimento urbano e humano; promover uma governança democrática com participação cidadã; e coordenar ações entre Estado, sociedade civil e setor privado. O CAF propõe, assim, uma agenda estratégica ambiciosa e adaptável para restaurar o Estado de Direito, garantir ambientes seguros e promover o desenvolvimento com equidade na região.



DESAFIO TRIPLO

Título: *RED Aniversário. Conhecimento que transforma. Vinte anos a serviço de um futuro próspero, inclusivo e sustentável*

Autores: Fernando Álvarez, Federico Juncosa, Manuel Toledo, Dolores de la Mata e Verónica Frisancho

O relatório celebra duas décadas do RED como ferramenta de análise e influência em políticas públicas baseadas em evidências. Apresenta um balanço crítico do desenvolvimento na ALC, destacando avanços em inclusão social, saúde, acesso a serviços e estabilidade macroeconômica. No entanto, persistem desafios estruturais como alta informalidade, desigualdade, lacunas em infraestrutura e deterioração ambiental.

O estudo aborda um desafio triplo: alcançar crescimento sustentado, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Alerta para as pressões que o envelhecimento populacional e as transições digital e verde exercerão sobre a região, mas ressalta que essas também representam oportunidades estratégicas. Em especial, destaca-se o potencial da região em biodiversidade, recursos naturais e energia renovável como alavancas para o desenvolvimento. O relatório conclui que, para fechar as lacunas em relação ao mundo desenvolvido, é necessária uma agenda de políticas que promovam produtividade, equidade e sustentabilidade. Recomenda-se fortalecer as capacidades estatais, investir em infraestrutura, reduzir a informalidade e fomentar a inovação verde e a inclusão digital.

ENTREVISTA

com Ernesto Zedillo

Por Ricardo Ávila
Diretor de 'Visões do Desenvolvimento'

"Estamos vivendo a demolição de um sistema de comércio baseado em normas"

O ex-presidente mexicano Ernesto Zedillo chama a defender o sistema multilateral de comércio, que qualifica como um "bem público global". Ele destaca que a América Latina já completou mais uma década perdida, pior do que a dos anos 80. Três lacunas mantêm a região presa a uma "armadilha de pré-desenvolvimento", afirma.



Zedillo, que governou o México no sexênio de 1994 a 2000, é um economista reconhecido e atua como professor e diretor do Programa de Estudos sobre a Globalização na Universidade de Yale (EUA). → *Foto - Asobancaria*

O ex-presidente acredita que a região, junto com outras, deveria levantar a voz para defender o sistema multilateral de comércio.
→ *Foto - Nathan Cima / Unsplsh*



Ernesto Zedillo é um daqueles latino-americanos que dispensam apresentações. Além de ter ocupado a Presidência do México entre 1994 e 2000, período no qual enfrentou com sucesso grandes desafios, é reconhecido como um pensador e economista com sólidas credenciais, comprometido com o avanço da humanidade.

Defensor da cooperação internacional e do multilateralismo, participou de iniciativas voltadas a promover o desenvolvimento sustentável e a enfrentar de forma inovadora desafios como o das drogas ilegais.

"A globalização inclusiva é necessária não apenas para os mais fracos, mas também para os mais fortes, pois trata-se de derrotar a polarização econômica e, ao mesmo tempo, aliviar ressentimentos novos e antigos que ameaçam a segurança mundial", afirmou.

Com relação aos desafios sociais, ele não hesita em declarar que "apesar dos regimes mais livres em matéria de investimento e comércio, não há como erradicar a pobreza sem uma transferência de recursos dos mais ricos para os mais pobres".

Crente nas lideranças que no passado ajudaram a consolidar a paz no mundo e a tirar centenas de milhões da pobreza, ele insiste na necessidade de "alcançar estabilidade, segurança e prosperidade em nível global".

Há alguns meses, o ex-presidente não hesita em expressar suas preocupações com o rumo dos acontecimentos, seja no plano global, regional ou em seu próprio país.



Um dos três buracos do desenvolvimento da região é a desigualdade, diz Zedillo. Imagem do Rio de Janeiro.
→ *Foto - Wolf Schram / Unsplash*

Entrevistado por *Visões do Desenvolvimento*, esta é uma versão editada de uma conversa realizada em Cartagena das Índias no início de junho de 2025.

Temos uma boa compreensão, em nossos países, do que está acontecendo no mundo?

De modo geral, os latino-americanos tendem a olhar para o próprio umbigo, e isso às vezes nos leva a enxergar com muito distanciamento o que acontece em outras partes do mundo, quando, na realidade, estão ocorrendo fatos preocupantes que deveriam nos interessar muito.

A que o senhor se refere?

Refiro-me ao fato de estarmos vivendo um momento único em muitas décadas. Estou falando, literalmente, da demolição de um sistema baseado em regras que regulava o comércio internacional. Além disso, essa situação se projeta para outros aspectos da interdependência, incluindo a paz e a segurança global. Em comparação com os anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, vivemos uma situação inédita e crítica.

Como isso nos afeta?

A experiência nos mostra que, quando ocorrem grandes choques como os que descrevi, a América Latina sofre. Podemos fazer um balanço que varia de país para país, mas, em geral, a história nos mostra que circunstâncias que não controlamos acabam se traduzindo em tragédias para nós.

O que deveríamos fazer?

O primeiro passo é reconhecer a gravidade da situação, tanto no campo econômico quanto na geopolítica mundial. Vivemos agora uma espécie de calmaria antes da tempestade. Ainda nos beneficiamos do impulso proveniente do final de 2024, mas não hesito em afirmar que as ações tomadas pelo governo dos Estados Unidos visam desmontar uma arquitetura baseada em regras e substituí-la por pretensões baseadas no poder militar e econômico.

Como a América Latina se encaixa nesse panorama?

Se esse novo mundo se confirmar, qualquer projeção terá de estar enquadrada e matizada por essa perspectiva. Ressalto que as políticas adotadas pelos Estados Unidos são erráticas e carecem de lógica. Chego a afirmar que vão contra seu próprio interesse nacional e que já afetaram e afetarão o papel que esse país tem desempenhado no mundo. Por isso devemos aceitar essa realidade como ponto de partida.

Quão resiliente pode ser a região?

O que os números mostram é que a América Latina já completou mais uma década perdida. Desde 2014, nossas economias desaceleraram significativamente, de modo que o produto por habitante na região não cresceu de forma significativa. Se formos fazer comparações nesse aspecto, os últimos dez anos nos deixam um balanço pior do que

a década perdida dos anos oitenta do século passado. E esse é um resultado muito lamentável. Entre outras razões, porque os processos de reforma ficaram estagnados.

Qual é sua avaliação sobre a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e qual poderia ser seu efeito na região?

Uma professora norte-americana muito respeitada me lembrou recentemente que, nessa guerra, o agressor é os Estados Unidos, um país que violou os acordos da Organização Mundial do Comércio ou os tratados bilaterais assinados com vários países da região. Isso, além de suas próprias leis, como já expressaram diversas instâncias judiciais. Obviamente, isso pode ter como origem o incômodo causado pelo surgimento de uma nova potência econômica, o que acarreta circunstâncias potencialmente complicadas para eles.

Como reagir?

Há muitos anos, os seres humanos descobriram a diplomacia e desenvolveram o direito internacional. Também definimos mecanismos para nos entendermos e, igualmente, resolver controvérsias em caso de desacordos. Por isso, pensar em um mundo em que só valha a força bruta nos leva a um cenário que não queremos viver. O que fazer? Para começar, cabe a nós cuidar da nossa casa e administrar bem os nossos assuntos.

Que outras ações o senhor sugere?

Me preocupa a forma como o mundo reagiu diante das agressões dos Estados Unidos. Cada país quis resolver seus próprios problemas, se afastar, negociar individualmente. E me inquieta a falta de referências à violação do direito e dos tratados assinados pelas partes. Pelo contrário, essa resposta individual que busca um entendimento bilateral não nos trará nada de bom. Por isso, precisamos defender a preservação do sistema multilateral de comércio, que é um bem público global.

Qual papel poderia assumir a América Latina?

Reconheço que os latino-americanos representamos 8% do Produto Interno Bruto Global, o que pode parecer uma proporção relativamente pequena. Mas, mesmo que aceitemos que não somos uma grande força econômica, deveríamos ter a capacidade de levantar a voz, convidar outras regiões e criar uma frente unida. Basta lembrar o que diz o artigo 28 do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), que é claro. Então, me parece que sim, podemos fazer algo, mas precisamos de clareza e liderança.

Para além dessa conjuntura complexa, por que devemos dizer sim à América Latina?

A resposta óbvia é que não temos alternativa, porque se trata dos nossos países. Acredito que os latino-americanos temos que nos levar mais a sério. Certamente vemos as oportunidades diante dos nossos olhos e que têm relação com o que aprendemos desde pequenos: nossa natureza, nosso povo, a cultura compartilhada, o idioma comum para quem fala espanhol. Mas nessa análise também é importante reconhecer o tamanho dos nossos problemas.

O que esse exercício revela?

Quando me perguntam por que a América Latina não conseguiu, por que estamos no que chamo de uma armadilha de pré-desenvolvimento, refiro-me a três grandes buracos que explicam essa realidade. O primeiro é a fragilidade do Estado de Direito, que para mim é o mais importante. O segundo é a baixa produtividade e seu crescimento lento. E o terceiro é a desigualdade. Tudo isso tem a ver com algo que começa a se evidenciar, que é a fragilidade da democracia na região. Se não cuidarmos dela, não conseguiremos resolver os três desafios que mencionei. Por isso insisto que estamos obrigados a cuidar desse tesouro.



“Na América Latina, estes últimos dez anos nos deixaram um balanço pior do que aquele da chamada década perdida dos anos oitenta do século passado.”

Ernesto Zedillo
Ex-presidente mexicano

Por Equipe editorial
@AgendaCAF



Janela Azul e Verde

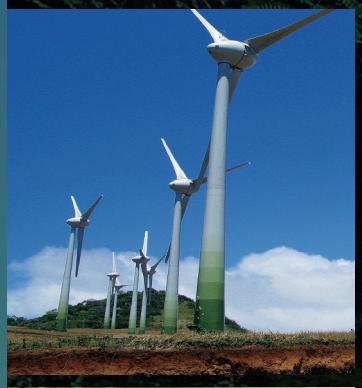
Um tesouro de biodiversidade na Patagônia chilena

Há 11 anos foi criada a Área Marinha Costera Protegida de Múltiplos Usos Pitipalena-Añihué, nos fiordes da região patagônica de Aysén, no Chile. São mais de 238 quilômetros quadrados de praias e falésias submersas, ilhas e ilhotas, extremamente ricos em biodiversidade. Ali é possível observar baleias-azuis, golfinhos-chilenos e leões-marinhos. A área é abundante em peixes como a sardinha e a merluza, além de moluscos como os locos. É também habitat de pelo menos 13 espécies de aves, incluindo o pinguim-de-Humboldt.

Em Pitipalena-Añihué, as organizações sociais da região desempenham um papel central tanto na proteção dos ecossistemas marinhos quanto em seu desenvolvimento sustentável. Fazem isso sob a liderança da Fundación Área Marina Pitipalena-Añihué, com a qual a Fundación Patagonia Azul, a Capital Natural Reserve e o CAF -banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe- desenvolvem o primeiro programa de créditos de biodiversidade marinha no Chile. → *Foto - CAF*

BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE













ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL 2022 - 2026

O caminho para nos transformarmos no banco verde e do crescimento sustentável e inclusivo da América Latina e do Caribe.

Visão: Ser o banco verde e principal parceiro para a reativação, desenvolvimento sustentável e integração da América Latina e do Caribe.

Missão: Apoiar os países acionistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e a integração regional, por meio da oferta de instrumentos financeiros e serviços de conhecimento.

Agendas

Missionais

Transversais

Habilitadoras

caf.com
@AgendaCAF

“Visões do Desenvolvimento
é uma resposta à necessidade
de reposicionar a América Latina e o Caribe
no mundo. Convidamos acadêmicos,
líderes sociais, empresários e toda a
comunidade internacional a se juntarem
a esta iniciativa, contribuindo com suas
perspectivas e conhecimentos para
construirmos juntos um futuro mais próspero
para a América Latina e o Caribe”.

Sergio Díaz-Granados
Presidente Executivo do CAF

BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE